

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC GUILHERME TELES DI PUGLIA

**PODER NAVAL E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:
Uma Comparação das Estratégias de Diplomacia Naval dos
Estados Unidos da América e do Brasil na Costa Oeste Africana
no período entre os anos de 2007 e 2021.**

Rio de Janeiro

2024

CC GUILHERME TELES DI PUGLIA

**PODER NAVAL E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:
Uma Comparação das Estratégias de Diplomacia Naval dos Esta-
dos Unidos da América e do Brasil na Costa Oeste Africana
no período entre os anos de 2007 e 2021.**

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF MIGUEL ALVES

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2024

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTO

Ao concluir esta etapa significativa de minha jornada acadêmica, sinto-me compelido a expressar minha gratidão àqueles que me acompanharam e apoiaram ao longo deste desafiador e enriquecedor processo.

Primeiramente, gostaria de agradecer à Marinha do Brasil, instituição à qual tenho a honra de pertencer, por proporcionar-me a oportunidade de desenvolver e aprimorar minhas habilidades e conhecimentos.

À Escola de Guerra Naval, minha profunda gratidão pela excelência acadêmica e pelo compromisso inabalável em fornecer uma formação de alto nível, equipando seus oficiais com as ferramentas necessárias para enfrentar os complexos desafios da segurança marítima internacional.

Um agradecimento especial ao meu orientador, CF Miguel Alves, cujo conhecimento profundo e orientação sábia foram fundamentais para o sucesso deste trabalho. Sua paciência e apoio contínuos foram essenciais em cada fase do processo de pesquisa e redação.

Por último, mas certamente não menos importante, sou eternamente grato à minha família pelo amor, compreensão e apoio incondicionais. Sua paciência e encorajamento foram o alicerce que me sustentou nas horas mais desafiadoras desta jornada acadêmica. Obrigado por estarem ao meu lado em cada passo deste caminho.

RESUMO

O objeto de pesquisa deste trabalho é a análise comparativa das estratégias de diplomacia naval adotadas pelos Estados Unidos da América e pelo Brasil na costa oeste africana entre 2007, ano de criação do AFRICOM, e 2021, data da primeira operação brasileira na região, GUINEX-I. O objetivo principal é confrontar as práticas e teorias da diplomacia naval aplicadas por cada país. Como objetivos específicos, busca-se compreender os fundamentos teóricos da diplomacia naval, examinar a evolução das estratégias navais americanas e brasileiras, e identificar os impactos dessas estratégias na segurança marítima regional. Geoffrey Till e Ken Booth exploram as capacidades ampliadas das forças navais em tempos de paz e suas funções diplomáticas, enquanto Joseph S. Nye foca na influência cultural e política como ferramenta estratégica. A análise inclui a evolução da estratégia naval dos EUA na costa oeste africana e a importância estratégica da costa ocidental africana para o Brasil. A pesquisa revela que enquanto os EUA integram aspectos de "hard power" e "soft power" para assegurar influência e estabilidade regional, o Brasil adota uma abordagem mais focada na cooperação e promoção da estabilidade por meio do "soft power". Essa diferença reflete as distintas posturas estratégicas adotadas por cada país no cenário geopolítico global, cada uma alinhada com seus interesses nacionais e regionais.

Palavras-chave: Diplomacia Naval, Soft Power, Geoffrey Till, Ken Booth, Joseph S. Nye, AFRICOM, GUINEX-I, Segurança Marítima, Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa.

ABSTRACT

NAVAL POWER AND INTERNATIONAL COOPERATION: A COMPARATIVE ANALYSIS OF THE NAVAL DIPLOMACY STRATEGIES OF THE UNITED STATES AND BRAZIL ON THE WEST AFRICAN COAST

The research object of this work is a comparative analysis of the naval diplomacy strategies adopted by the United States of America and Brazil on the West African coast between 2007, the year AFRICOM was established, and 2021, the date of Brazil's first operation in the region, GUINEX-I. The main objective is to confront the naval diplomacy practices and theories applied by each country. Specific objectives include understanding the theoretical foundations of naval diplomacy, examining the evolution of American and Brazilian naval strategies, and identifying the impacts of these strategies on regional maritime security. Geoffrey Till and Ken Booth explore the expanded capabilities of naval forces in peacetime and their diplomatic functions, while Joseph S. Nye focuses on cultural and political influence as a strategic tool. The analysis covers the evolution of US naval strategy on the West African coast and the strategic importance of the West African coast to Brazil. The research reveals that while the US integrates aspects of hard power and soft power to secure regional influence and stability, Brazil adopts an approach more focused on cooperation and promoting stability through soft power. This difference reflects the distinct strategic postures adopted by each country in the global geopolitical landscape, each aligned with their national and regional interests.

Keywords: Naval Diplomacy, Soft Power, Geoffrey Till, Ken Booth, Joseph S. Nye, AFRICOM, GUINEX-I, Maritime Security, National Defense Policy, National Defense Strategy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFRICOM	<i>United States Africa Command</i>
APS	<i>Africa Partnership Station</i>
AMLEP	<i>Africa Maritime Law Enforcement Partnership</i>
END	Estratégia Nacional de Defesa
GAT-FN	Grupos de Ação de Fuzileiros Navais
ICC	<i>International Chamber of Commerce</i>
OE	<i>Obangame Express</i>
PND	Política Nacional de Defesa
TUP	Terminais de Uso Privado
ZEE	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DAS ESTRATÉGIAS NAVAIS CONTEMPORÂNEAS: DIPLOMACIA E PODER NO CONTEXTO NAVAL	12
2.1 DIPLOMACIA NAVAL	12
2.1.1 O Papel das Marinhas na Diplomacia Global: Força, Manipulação e Prestígio	13
2.1.2 Versatilidade Estratégica das Marinhas: Diplomacia, Integração Militar e Gestão Operacional	14
2.1.3 O Impacto das Marinhas na Diplomacia Global e na Manutenção da Ordem Marítima	15
2.2 <i>SOFT POWER</i>	17
2.2.1 Perspectivas Futuras do Poder Naval	18
2.2.2 Fontes de <i>Soft Power</i>	18
2.2.3 <i>Soft Power</i> , Hegemonia e Diplomacia: Estratégias de Influência Americana no Século 21.	19
2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	22
3 ESTRATÉGIAS DE DIPLOMACIA NAVAL DOS EUA NA ÁFRICA OCIDENTAL: DESAFIOS E RESPOSTAS NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO 21	23
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO E ESTRATÉGICO.....	24
3.2 A ESTRATÉGIA MARÍTIMA DOS EUA NA COSTA OESTE AFRICANA	26
3.3 DESAFIOS E AMEAÇAS MARÍTIMAS NA COSTA OESTE AFRICANA	28
3.4 O PAPEL DO AFRICOM	29
3.5 ESTUDOS DE CASO E OPERAÇÕES ESPECÍFICAS	30
3.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	31
4 ESTRATÉGIAS DE DIPLOMACIA NAVAL DO BRASIL NA ÁFRICA OCIDENTAL: DESAFIOS E RESPOSTAS NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO 21	32
4.1 O ATLÂNTICO SUL: PILAR ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO, SEGURANÇA E DIPLOMACIA DO BRASIL	33
4.2 INTEGRAÇÃO DE DEFESA, DIPLOMACIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA DO BRASIL.....	35

4.3 OPERAÇÕES NAVAIS BRASILEIRAS NA COSTA OESTE AFRICANA.....	38
4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	40
5 COMPARATIVO DA DIPLOMACIA NAVAL: BRASIL E EUA NA COSTA OESTE AFRICANA.....	42
5.1 MOTIVAÇÕES ESTRATÉGICAS.....	42
5.2 ESTRUTURAS E CAPACIDADES NAVAIS.....	43
5.3 ANÁLISE COMPARATIVA DAS OPERAÇÕES NAVAIS NA COSTA OESTE AFRICANA	43
5.4 DIPLOMACIA NAVAL E <i>SOFT POWER</i>	44
6 CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Para o Brasil, o Atlântico Sul possui uma importância econômica muito grande, é rica em recursos naturais significativos, incluindo petróleo, gás natural e minerais diversos. Esses recursos têm um impacto profundo na economia brasileira e dos outros países banhados por essa região. Além disso, a exploração desses recursos é vital para a segurança energética desses Estados. Isso é especialmente relevante diante do aumento da demanda energética observado em países em desenvolvimento. Por essas razões, a segurança desse espaço é essencial para a sustentabilidade ambiental e alimentar, além da manutenção da estabilidade econômica regional.

Ainda com relação à parte econômica, o comércio marítimo no Oceano Atlântico desempenha um papel essencial na economia global, servindo como uma das principais artérias de transporte para mercadorias entre os continentes. Este ambiente conecta economias significativas das Américas, da Europa e da África, facilitando não apenas o fluxo de bens de consumo, mas também de recursos energéticos e matérias-primas. A segurança e a manutenção dessas rotas marítimas são, portanto, de importância estratégica para muitos países, influenciando políticas de defesa e cooperação internacional para garantir a livre navegação e proteção contra ameaças como a pirataria e a poluição marinha.

A pirataria no Atlântico Sul, embora menos notória que em outras regiões como o Golfo de Áden e o Sudeste Asiático, ainda representa uma preocupação significativa para a segurança marítima mundial. Esta região enfrenta desafios de segurança devido à presença ocasional de piratas que atacam principalmente pequenas embarcações e navios de pesca. A pirataria nessa área é alimentada por uma combinação de fatores econômicos adversos, falta de vigilância efetiva e jurisdições legais complexas. Os países costeiros estão cada vez mais colaborando para combater essa ameaça, por meio de patrulhas conjuntas e acordos de segurança, visando proteger não apenas suas águas territoriais, mas também garantir a segurança dos canais de navegação internacionais críticos para o comércio global.

A costa oeste africana é importante para o Brasil pois está no seu entorno estratégico. Esses atos de pirataria não apenas ameaçam a segurança das rotas

marítimas, mas também a segurança econômica e ambiental brasileira. Diante desses desafios, a Marinha do Brasil (MB) desempenha um papel crítico na patrulha e monitoramento das águas, utilizando uma abordagem que combina medidas de segurança e diplomacia regional para combater a pirataria e fortalecer a cooperação com países vizinhos, buscando garantir assim a manutenção da segurança e da ordem no Atlântico Sul.

O propósito deste trabalho é responder a seguinte questão de pesquisa: quais são as similaridades e as diferenças entre as estratégias de diplomacia naval empregadas pelos Estados Unidos da América (EUA) e pelo Brasil na costa oeste africana entre 2007, ano da criação do *United States Africa Command* (AFRICOM), e 2021, quando ocorreu a GUINEX¹, operação brasileira realizada pela MB na região.

Para responder à questão proposta, este trabalho tem como objetivo principal realizar uma análise comparativa das estratégias de diplomacia naval adotadas pelos EUA e pelo Brasil na costa oeste africana, no período de 2007 a 2021. Para alcançar este objetivo, estabelece-se os seguintes objetivos específicos: o primeiro é desenvolver um arcabouço teórico-metodológico que forneça a base para os fatos e análises a serem discutidos; o segundo é detalhar as ações estratégicas implementadas pela Marinha norte-americana na região durante o período especificado; e o terceiro é explorar as estratégias empregadas pela MB na mesma região e período.

Este trabalho está estruturado em seis capítulos. No segundo capítulo, após esta introdução, apresenta-se os alicerces teóricos da pesquisa, que permitem a compreensão dos capítulos subsequentes. No terceiro capítulo, estuda-se como as estratégias navais americanas se alinham aos conceitos de diplomacia naval e *soft power*, examinando o papel do poder naval na condução da política externa americana e seus esforços para promover a segurança marítima na região.

Adiante, no quarto capítulo, verifica-se como o Brasil, seguindo as doutrinas da MB, implementou estratégias de diplomacia naval que não apenas visavam fortalecer

¹ A Operação GUINEX é uma iniciativa estratégica da MB focada no Golfo da Guiné, visando fortalecer a presença brasileira e a cooperação militar na região da costa ocidental africana. Essencial para a segurança marítima, a operação envolve exercícios conjuntos com Marinhas e Guardas Costeiras locais, promovendo a interoperabilidade dos meios navais e compartilhamento de experiências e procedimentos operativos. A explicação sobre esse exercício será ampliada posteriormente.

sua presença naval na região, mas também promover a segurança marítima e avançar seus objetivos estratégicos nacionais. No quinto capítulo são comparadas as motivações estratégicas, as abordagens teóricas, e os resultados práticos das ações de diplomacia naval, oferecendo uma síntese que realça o entendimento das complexidades envolvidas.

No sexto capítulo, demonstra-se como ambas as nações empregaram o poder naval não apenas como um instrumento de projeção de força, mas também como um meio de promover a segurança marítima e avançar seus objetivos estratégicos. Na conclusão é realizado um resgate dos principais pontos do trabalho, bem como se explora outros apontamentos importantes relacionados ao estudo realizado.

Dessa maneira, segue-se o segundo capítulo, em que se explora os fundamentos conceituais e as teorias de interesse.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DAS ESTRATÉGIAS NAVAIS CONTEMPORÂNEAS: DIPLOMACIA E PODER NO CONTEXTO NAVAL

Neste capítulo, são apresentados os alicerces teóricos que fundamentam estratégias navais modernas. Primeiramente, a Diplomacia Naval de Geoffrey Till e Ken Booth, sendo essencial para os objetivos nacionais, destacando-se em tempos de paz. Além disso, o conceito de *Soft Power*, introduzido por Joseph S. Nye, aplicado ao contexto naval. A integração dessas teorias enriquece o entendimento das dinâmicas de poder no cenário naval global, mas também reforça a relevância de uma diplomacia naval adaptativa e variada. Esse arcabouço teórico sustenta as análises realizadas ao longo do trabalho.

2.1 DIPLOMACIA NAVAL

Historiadores e estrategistas, como Mahan² e Corbett³, defendem que as estratégias marítimas devem estar alinhadas aos objetivos nacionais mais amplos. Ainda ressaltam que o poder naval pode tanto ampliar o prestígio quanto a segurança de um país, apoiando ou impedindo esforços diplomáticos conforme necessário. Entretanto, a maior parte da literatura clássica se concentrou no emprego de navios durante períodos de guerra, deixando lacunas sobre suas funções em tempos de paz (Till, 2018).

Esse vácuo começou a ser preenchido no período pós-Guerra Fria, com teóricos como o Almirante Stansfield Turner⁴, que defendeu o uso das forças navais em missões de presença - prevenindo crises e respondendo a elas sem desencadear

² Alfred Thayer Mahan foi um oficial da Marinha dos Estados Unidos e um historiador naval cujas ideias sobre o poder marítimo e a influência naval tiveram um impacto profundo na estratégia naval em todo o mundo. Ele argumenta que o domínio naval foi um fator determinante na obtenção de poder mundial, enfatizando a importância de frotas navais, bases marítimas seguras e o controle de rotas comerciais (Violante, 2015).

³ Sir Julian Stafford Corbett foi um historiador naval e teórico da estratégia marítima da Inglaterra, nascido em 1854. Corbett enfatizava a importância da estratégia marítima não apenas em termos de batalhas navais e dominação dos mares, mas também como parte integrante das operações militares em conjunto com o exército (Ferreira, 2011).

⁴ Stansfield Turner desempenhou o papel de Presidente do Naval War College entre 1972 e 1974, comandou a Segunda Frota dos Estados Unidos de 1974 a 1975 e ocupou a posição de Comandante Supremo Aliado da OTAN no Sul da Europa de 1975 a 1977. Em 1977, Jimmy Carter o nomeou para liderar a CIA, onde ele implementou uma série de reformas controversas, como a redução do setor clandestino da Agência e a priorização da coleta de inteligência técnica em detrimento da inteligência humana (Weiner, 2018)

conflitos abertos. Essas novas ideias foram incorporadas ao currículo do *Naval War College* dos EUA, moldando uma nova geração de estrategistas navais (Till, 2018).

2.1.1 O Papel das Marinhas na Diplomacia Global: Força, Manipulação e Prestígio

Ken Booth, teórico britânico de relações internacionais, em sua obra *Navies and Foreign Policy* (2014), argumenta que as marinhas têm papéis que vão além da projeção de força militar. As três funções principais que ele atribui às marinhas - militar, diplomática e policial - não apenas definem a amplitude de suas operações, mas também destacam a interdependência desses papéis na consecução de objetivos nacionais e na influência de um determinado Estado no Sistema Internacional. Neste trabalho, o foco está na função diplomática, abordando aspectos como negociação baseada na força, manipulação e a construção de prestígio (Booth, 2014).

A negociação com base na força é um aspecto fundamental na diplomacia naval, que inclui fortalecer alianças, alterar o comportamento de governos aliados sob ameaça e gerenciar crises de forma a manter a normalidade. Essa abordagem tem sido enfatizada por recentes operações navais pelo mundo que visam convencer nações a adotar posturas benéficas sem o emprego direto da força (Booth, 2014).

Ainda neste contexto, a manipulação envolve diversas estratégias que visam alterar percepções políticas dos Estados. Isso abrange desde a manipulação de alianças até o apoio a diversos países e o estabelecimento de dependências estratégicas que garantem acesso a áreas importantes. Essas formas de manipular buscam enviar mensagens que podem modificar o comportamento internacional de forma pacífica, tornando-a uma ferramenta poderosa e imprevisível de influência política (Booth, 2014).

Por outro lado, fomentar o prestígio nacional é uma tarefa sutil e vital que busca elevar a imagem de um país no cenário internacional. Embora envolva poucas atividades operacionais específicas, como o fornecimento de ajuda humanitária, o impacto significativo do prestígio naval deriva do comportamento geral das forças navais. Ao demonstrar poder e eficiência junto com diplomacia e discrição, as marinhas incentivam outras nações a perceberem suas intenções de maneira positiva, fortalecendo assim sua posição estratégica no mundo (Booth, 2014).

2.1.2 Versatilidade Estratégica das Marinhas: Diplomacia, Integração Militar e Gestão Operacional

A literatura acadêmica continua a explorar como a diplomacia naval pode alcançar uma ampla gama de objetivos políticos por meio da adaptação do tamanho, composição e disposição das forças navais, além de se engajar em atividades como assistência humanitária (Till, 2018). O valor diplomático das marinhas é essencial tanto para a formulação de estratégias diplomáticas quanto para o desempenho em tempos de paz e de guerra, destacando-se como ferramentas indispensáveis no arsenal diplomático.

As marinhas, juntamente com exércitos e forças aéreas, desempenham funções estratégicas vitais à sobrevivência dos Estados. Segundo Till (2018), mesmo parecendo restritas em algumas situações estratégicas em comparação com as capacidades terrestres e aéreas, as Forças Navais são essenciais na política internacional. A integração do poder naval com outros aspectos da política externa, como negociações de *basing rights*⁵, assistência marítima⁶ e acordos comerciais, maximiza o impacto da diplomacia naval, enfatizando a importância das operações navais não só como preparativos para conflitos, mas como ferramentas proativas de política externa.

A diplomacia naval, com suas intenções que variam entre coercitivas e colaborativas, é facilitada pela presença naval e pela construção de uma imagem estratégica robusta. Essas funções são diferenciadas mais pelos seus objetivos do que pelas formas, criando um espectro onde os limites entre funções são fluidos e as atividades variam em intensidade. Por exemplo, a mesma força naval pode simultaneamente interceptar navios em atividades ilegais, dissuadir ameaças, compelir ações desejáveis e construir coalizões. Os desafios da flexibilidade operacional são ilustrados pelas mudanças contínuas nos papéis das marinhas, como

⁵ O termo "basing rights" refere-se ao acordo pelo qual uma nação permite que outras nações estabeleçam, mantenham e operem bases militares em seu território (CRS REPORTS, 2024).

⁶ A assistência marítima refere-se ao suporte e serviços fornecidos por forças navais ou organizações marítimas para promover a segurança, a assistência humanitária ou o desenvolvimento econômico no mar (Winter & Coelho, 2015).

visto durante o *Gulf Tanker War* nos anos 80⁷, e pelas operações expedicionárias e humanitárias que expandem seu escopo de atuação (Till, 2018).

Outro desafio significativo é gerenciar as diversas demandas de diferentes tipos de operações que podem ocorrer simultaneamente, um conceito exemplificado pela "guerra de três blocos" do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA. Esse conceito descreve como uma única força pode estar envolvida em operações humanitárias, mediação entre grupos conflitantes e imposição de paz em diferentes locais ao mesmo tempo, destacando a complexidade e a multidimensionalidade das funções navais na atualidade (Till, 2018).

2.1.3 O Impacto das Marinhas na Diplomacia Global e na Manutenção da Ordem Marítima

A capacidade das marinhas de defender seus Estados é fundamental para a política internacional, destacando o papel central do Poder Naval na manutenção da ordem tanto local quanto globalmente. Épocas históricas como a *Pax Britannica* e a *Pax Americana* exemplificam como o domínio naval promoveu a liberdade dos mares, proporcionando alto grau de segurança e passagem livre para os navios, beneficiando assim economicamente e politicamente as potências marítimas menores (Booth, 2014).

Além disso, a ordem no mar é mantida por meio de uma complexa interação de políticas externas, posturas navais, interesses econômicos e normas legais, consolidando as marinhas como protetoras de tratados e práticas comerciais estabelecidas. Elas servem como a "longa mão da lei" nos mares, criando um cenário fundamental para negociações e assegurando a manutenção de um regime internacional eficaz (Booth, 2014).

A diplomacia naval é essencial em tempos de orçamentos restritos, visto que cumprir o papel militar demanda alto gasto, tornando a diplomacia naval uma opção de aplicação importante para as Forças Navais. Essa exige compreensão profunda e práticas meticulosas relacionadas às operações navais devido à sua complexidade e às significativas exigências operacionais. É importante distinguir entre 'presença' e

⁷ Entre 1984 e 1988, o Irã declarou as águas até 40 milhas de sua costa como zona de exclusão. A zona de exclusão do Irã restringia apenas a presença de navios estrangeiros em suas próprias águas (O'Rourke, 1988).

'existência' naval; enquanto a existência reflete dignidade e prestígio nacional, a presença efetiva em um determinado ponto do mundo molda percepções e resultados políticos internacionais.

Além disso, a presença naval oferece vantagens significativas como flexibilidade, mobilidade estratégica e capacidade de projeção de força, sendo menos provocativa que as presenças terrestre ou aérea. Isso permite uma variedade de operações diplomáticas e militares sem escalar para conflitos abertos. Navios históricos, destinados a mostrar o Poder Naval de determinado Estado, como o *Sovereign of the Seas*⁸ da Inglaterra, demonstram não apenas magnificência, mas também a capacidade estratégica de influenciar por meio da demonstração de poder (Till, 2018).

A diplomacia naval pode ser contínua ou periódica, variando de ações preventivas a respostas diretas a crises emergenciais. Promovendo objetivos de política externa, a diplomacia naval colaborativa e a construção de coalizões influenciam aliados e apoiadores internacionais de forma construtiva, baseando-se em indução e persuasão, fundamentais tanto quanto a coerção direta de adversários (Till, 2018).

A colaboração naval ocorre em diversos níveis, desde interações pessoais em simpósios, até a participação em exercícios multinacionais complexos, como os exercícios RIMPAC⁹ no Pacífico. Exemplos como a "Parceria Marítima Global" dos EUA exemplificam esses esforços de construção de coalizão, visando estabilidade regional por meio de engajamento cooperativo. Interações navais rotineiras ao redor do mundo desempenham um papel significativo no aprimoramento das relações internacionais, com navios frequentemente envolvidos em projetos de serviço público durante visitas a portos, o que fortalece os laços diplomáticos. Embora essas atividades sejam comuns, elas são vitais para a diplomacia e a segurança global, refletindo um compromisso duradouro com a colaboração internacional e a prevenção de conflitos (Till, 2018).

⁸ O "Sovereign of the Seas", um navio de guerra inglês do século 17, foi lançado em 1637 com 102 canhões de bronze, a pedido do rei. Originalmente chamado de "Sovereign", foi renomeado "Royal Sovereign" e operou até 1697, quando foi destruído por um incêndio (Sovereign, 2006).

⁹ O RIMPAC é o maior exercício marítimo multinacional do mundo, organizado pela Marinha dos EUA. Iniciado em 1971, ocorre a cada dois anos e visa aprimorar a interoperabilidade e as capacidades de cooperação entre as forças armadas de países do Pacífico e de outras nações aliadas (Vigía, 2018).

2.2 SOFT POWER

Segundo Nye (2004), diversas pesquisas indicam uma visão global negativa sobre o papel dos EUA em temas de destaque na agenda global como o alívio da pobreza, proteção ambiental e manutenção da paz, acordo uma pesquisa do “Eurobarômetro”¹⁰. A repercussão dessa visão negativa é ampla, afetando desde a economia - com a diminuição da venda de produtos - até a cultura, com redução no consumo de produtos culturais americanos, como filmes e música.

Nesse sentido, *Soft Power* se apresenta como um conceito acadêmico que se popularizou mundialmente, sendo utilizado por líderes na China, Indonésia, Europa, entre outros lugares. Frequentemente mal interpretado como um sinônimo para qualquer aplicação não militar, o *Soft Power* na verdade descreve uma capacidade de influência que pode ser usada tanto para fins positivos quanto negativos. Exemplos históricos como Hitler, Stalin e Mao demonstram como o *Soft Power* pode ser poderoso independente de suas conotações morais (Nye, 2011).

Alguns críticos do *Soft Power* argumentam que, devido à força dos EUA, a necessidade de manter uma imagem positiva global é irrelevante. No entanto, experiências ao longo do tempo, como a Guerra Fria, demonstram que a recuperação da imagem dos EUA após períodos de impopularidade dependeu significativamente de uma diplomacia inteligente e da formação de alianças estratégicas. A era atual mostra que a falta de cooperação internacional, exacerbada por percepções negativas, pode limitar severamente a capacidade americana de enfrentar desafios globais, como ilustrado pelo dilema do Paquistão durante o governo Musharraf¹¹ (Nye, 2004).

O futuro da política externa americana depende de como ela equilibra suas capacidades de *Hard Power* e *Soft Power*. A história mostrou que, enquanto o poder militar é necessário, a influência cultural e política pode proporcionar sucessos mais duradouros e abrangentes. A adesão a normas internacionais e a manutenção de

¹⁰ Eurobarômetro é o instrumento de pesquisa das instituições da UE, usado desde 1974 para monitorar a opinião pública europeia sobre temas relacionados à União Europeia e outros assuntos políticos ou sociais, fornecendo dados para especialistas, pesquisadores e público geral (Europa, 2024).

¹¹ Presidente Pervez Musharraf enfrenta um delicado jogo de cooperação com os EUA na guerra contra o terrorismo, ao mesmo tempo que gerencia um grande contingente de antiamericanos em seu próprio país. Ele acaba equilibrando concessões e retrações. Se os Estados Unidos fossem mais atraentes para a população paquistanesa, veríamos mais concessões (Nye,2004).

alianças robustas são vitais para que os EUA continuem a ser percebidos como líderes globais sem recorrer ao autoritarismo (Nye, 2004).

2.2.1 Perspectivas Futuras do Poder Naval

Contrariamente à visão de alguns céticos, que consideram o *Soft Power* apenas uma "bela ideia acadêmica" sem aplicabilidade prática¹², a história mostra seu impacto real, desde a propagação da língua e cultura francesas na Europa do século 18, até eventos mais recentes como a influência britânica baseada na oposição à escravidão durante a Guerra Civil Americana. Mesmo a decisão dos EUA de se aliar à Grã-Bretanha ao invés da Alemanha na Primeira Guerra Mundial foi influenciada por *Soft Power* (Nye, 2011).

Soft Power é, portanto, uma forma real de poder descrito por realistas como E. H. Carr, que categorizou o poder internacional em três formas: militar, econômico e de opinião. O pensamento contemporâneo tende a reduzir o poder a algo tangível e mensurável, mas o *Soft Power* atua na mudança de opiniões e percepções, uma estratégia frequentemente mais eficaz do que o uso de força bruta (Nye, 2011).

Na era da informação do século 21, o *Soft Power* se torna determinante, usado não apenas por Estados, mas também por corporações, Organizações Não Governamentais (ONGs) e redes transnacionais. A credibilidade é essencial para seu sucesso; percebido como manipulativo ou propagandístico, ele perde eficácia. Apesar de críticas sobre sua aplicabilidade em certos contextos, como na questão nuclear da Coreia do Norte, o *Soft Power* é uma ferramenta valiosa para promover democracia, direitos humanos e liberdade, sendo uma parte integrante das estratégias de poder inteligente no cenário global atual (Nye, 2011).

2.2.2 Fontes de *Soft Power*

O *Soft Power* de um país se baseia principalmente em três recursos: sua cultura, quando atrativa; seus valores políticos, se consistentes interna e

¹² Joshua Ramo Cooper argumentou que o *Soft Power* falhou em muitos testes de política externa, sugerindo que ele carece de eficácia em situações reais onde a força militar pode ser mais decisiva. Ele destacou que a afinidade cultural ou o *Soft Power* não impediram exércitos, nem alteraram significativamente os cenários de *hard power* em situações críticas. (Nye, 2012)

externamente; e suas políticas externas, vistas como legítimas e moralmente autorizadas. Essas condições determinam se os recursos de *Soft Power* se traduzem em influência por meio da atração. A percepção do alvo é determinante nesse processo, em que a atração e persuasão são construções sociais, necessitando de uma interação bilateral (Nye, 2011).

Contatos culturais diretos também são significativos. Estudantes chineses nos EUA perceberam alternativas de desenvolvimento para a China e mudanças pessoais após a vivência americana. Além de cultura, valores e políticas, recursos econômicos e militares também geram *Soft Power*. A atração pode ser tanto por coerção quanto por admiração genuína, como visto na adesão de países à União Europeia, influenciada pelo sucesso econômico e político europeu. A China, por exemplo, viu seu *Soft Power* crescer, especialmente após a crise financeira de 2008, com modelos como o Consenso de Pequim¹³ ganhando espaço sobre o Consenso de Washington (Nye, 2011).

O poder militar, quando bem administrado, pode contribuir para o *Soft Power*, estabelecendo redes transnacionais por meio de cooperações e programas de treinamento. Por outro lado, o uso inadequado das forças armadas pode reduzir esse poder, como visto na invasão do Iraque pelos EUA em 2003. A eficácia inicial foi ofuscada pela ocupação subsequente e tratamento impróprio de prisioneiros. Em contrapartida, o auxílio em desastres naturais, como o terremoto no Haiti em 2010, inclusive sendo auxiliado pelo Brasil, demonstrou uma utilização positiva do poder militar para reforçar o *Soft Power* (Nye, 2011).

2.2.3 *Soft Power*, Hegemonia e Diplomacia: Estratégias de Influência Americana no Século 21.

Alguns analistas veem o *Soft Power* de Washington no século 21 como imperialismo cultural, onde o pensamento americano promove um diálogo liberal dominante, exemplificado pela política dos EUA pós-11 de setembro, vista como uma

¹³ O termo "Consenso de Pequim" foi criado em 2004 pelo consultor americano Joshua Cooper Ramo, diretor-gerente da consultoria do ex-secretário de Estado dos EUA Henry Kissinger. Ramo descreve o sucesso do modelo em três princípios: compromisso com inovação e experimentação; busca de melhorias na qualidade de vida com "gerenciamento do caos" e independentemente da renda per capita; autodeterminação e soberania. (Folha de São Paulo, 2010)

"guerra global ao terror". Apesar das complexidades em diferenciar doutrinação de escolha livre, os valores americanos como liberdade de expressão são amplamente valorizados e fundamentais para manter seu *Soft Power*, desde que os EUA pratiquem o que pregam (Nye, 2011).

A eficácia do *Soft Power* depende da consistência entre as políticas internas e a narrativa externa, utilizando cultura e valores para que as grandes potências estabeleçam influência global. Isso destaca a importância da autenticidade e de relações de poder positivas. O *Soft Power* se integra às três facetas do comportamento do poder: indução, moldagem da agenda e formação de preferências, reforçando a necessidade de alinhar ações e mensagens para influenciar efetivamente as preferências e comportamentos internacionais. (Nye, 2011).

A atração, um elemento central do *Soft Power*, é complexa e pode se manifestar de diversas formas, semelhante ao magnetismo ou à gravidade, e suas consequências podem ser tanto positivas quanto negativas, variando conforme o contexto em que são empregadas. Qualidades como benignidade, competência e carisma são fundamentais para transformar recursos culturais e políticos em influência efetiva. Um exemplo histórico é a atração que a Índia exerceu sobre a Grã-Bretanha no século 21, que, paradoxalmente, conduziu à subjugação colonial da Índia, demonstrando como a atração pode às vezes render vulnerabilidade em vez de poder autêntico (Nye, 2011).

Essa atração está intrinsecamente ligada à persuasão, que envolve a arte de influenciar crenças e ações por meio de argumentação convincente, sem recorrer à coerção. A habilidade de moldar agendas utilizando argumentos que são percebidos como legítimos e atraentes pode ser um método extremamente eficaz de persuasão. Contudo, se a narrativa apresentada for percebida como manipulativa, o poder persuasivo pode ser significativamente reduzido. Portanto, a eficácia do *Soft Power* não depende apenas dos esforços empreendidos para influenciar, mas também da maneira como esses esforços são recebidos e percebidos pelo público-alvo, sublinhando a necessidade de autenticidade e transparência nas estratégias de comunicação (Nye, 2011).

Além disso, a atração e o *Soft Power* resultante podem exigir pouco esforço, em contraste, esforços ativos envolvem programas como diplomacia pública, transmissões e assistências, fundamentando modelos diretos e indiretos de influência. No modelo direto, líderes podem ser persuadidos pela benignidade ou carisma de

outros, como no caso do Czar Pedro e Frederick, o Grande, ou pela persuasão de argumentos como os de Obama que aumentaram doações em um encontro do G-20 (Nye, 2011).

A dificuldade política para gerar o *Soft Power*, aumenta com a abundância de informações, a importância das redes e a mudança nos estilos de liderança em sociedades democráticas. No século 21, onde o poder encontra-se disperso entre Estados e atores não estatais, os esforços governamentais para projetar *Soft Power* precisam reconhecer que o poder é menos hierárquico na era da informação e as redes sociais são cada vez mais relevantes neste aspecto. Isso implica uma liderança que prefira a cooptação à ordem direta, pensando-se em um círculo de influência mútua e não no topo de uma montanha (Nye, 2011).

O *Soft Power* também é gerado por atores não estatais, dentro e fora do país, que influenciam o público e elites governamentais, criando ambientes que podem habilitar ou desabilitar políticas governamentais. Isso pode aumentar a probabilidade de adesão a políticas desejadas ou, inversamente, impedir objetivos específicos se a associação com determinados governos for politicamente prejudicial. A era da Internet e dos custos reduzidos de viagem trouxeram complexidades adicionais para a diplomacia pública, incluindo públicos, sociedades e organizações não governamentais em um modelo mais interconectado (Nye, 2011).

Esta nova realidade requer que os governos aceitem perder parte do controle para ter sucesso, enfrentando o desafio de adaptar-se a um mundo de comunicações descentralizadas e participativas. A credibilidade e a capacidade de estabelecer comunicações bidirecionais e relações duradouras tornam-se recursos críticos nesse contexto, onde a propaganda simples e as relações públicas não são suficientes. A diplomacia pública deve construir relacionamentos a longo prazo que criem um ambiente propício para as políticas governamentais (Nye, 2011).

Embora ela seja desafiadora, é essencial para gerar *Soft Power*, que não depende apenas de ações governamentais, mas também da interação entre sociedades e atores não governamentais. Dessa forma, enfatizando a importância de uma abordagem mais sutil e menos controladora para ser eficaz na era da informação (Nye, 2011).

2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A Diplomacia Naval de Geoffrey Till e de Ken Booth, oferece uma perspectiva valiosa sobre como as marinhas podem transcender suas funções tradicionais de combate para se tornarem instrumentos de política externa, especialmente em tempos de paz. As forças navais, ao promoverem presença estratégica e auxílio humanitário, exemplificam como essa pode ser exercida por meio pacífico, reforçando a importância de uma abordagem diversificada e adaptativa para atender às exigências contemporâneas de segurança e cooperação internacional.

Adicionalmente, o conceito de *Soft Power*, conforme descrito por Joseph S. Nye, ilustra uma capacidade de influência que vai além da mera demonstração de poder militar. Por meio da análise da política externa dos EUA e da evolução global da percepção do "*Soft Power*", Nye (2011) observa que este conceito não se limita a capacidades não militares. Em vez disso, ele representa influências que podem ser tanto positivas quanto negativas, dependendo de sua aplicação e da percepção internacional.

A integração destas teorias destaca a relevância de uma diplomacia naval que seja capaz de responder de forma construtiva aos desafios emergentes. Este entendimento teórico serve como uma base sólida para futuras análises práticas e estratégicas, visando otimizar o emprego de recursos navais em um contexto de diplomacia global.

Enquanto avançamos neste trabalho, é preponderante manter um olhar crítico sobre como essas teorias podem se manifestar na prática e as implicações para o desenvolvimento de uma política externa que equilibre poder e persuasão de maneira eficaz. Afinal, podemos tentar afirmar que o poder numa era globalizada não reside apenas na capacidade de coagir, mas na habilidade de convencer e colaborar em vários níveis internacionais. Após a apresentação dos conceitos que sustentam o trabalho, é necessário apresentar a participação da Força Naval dos EUA na África Ocidental.

3 ESTRATÉGIAS DE DIPLOMACIA NAVAL DOS EUA NA ÁFRICA OCIDENTAL: DESAFIOS E RESPOSTAS NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO 21

A diplomacia naval desempenha um importante papel na política externa dos EUA, especialmente na promoção da segurança e dos interesses nacionais em regiões estratégicas. Desde o final do século passado, a costa oeste africana emergiu como uma área de crescente interesse para Washington, destacando-se pela autonomia dos Estados da região, o término da Guerra Fria e o progresso tecnológico que possibilita a exploração de vastas fontes de riquezas naturais. Esse aumento da presença estadunidense foi intensificado por desafios como a pirataria, o terrorismo marítimo e a instabilidade política. Este capítulo explora como a diplomacia naval foi utilizada pelos EUA para enfrentar esses desafios e buscar a segurança regional, sendo um objetivo específico do trabalho.

A importância do poder naval no século 21 é destacada por Geoffrey Till em sua obra *Seapower: A Guide for the Twenty-First Century*. O autor argumenta que a presença naval continua a ser uma ferramenta vital para a projeção de poder e a manutenção da ordem internacional, especialmente em regiões instáveis como a África Ocidental (Till, 2018). Complementando essa visão, Milan Vego (2016), em *Maritime Strategy and Sea Control: Theory and Practice*, enfatiza a necessidade de controle do mar e a utilização estratégica da diplomacia naval para garantir a segurança marítima e apoiar os objetivos de política externa dos EUA.

Este capítulo utiliza os conceitos trabalhados no desenvolvimento do arcabouço teórico para analisar a evolução da estratégia naval dos EUA na costa oeste africana, examinando como ela foi empregada para mitigar ameaças e fortalecer a cooperação regional. Ao longo das próximas seções, serão explorados o contexto histórico e estratégico, os desafios enfrentados, o papel do *United States Africa Command* (AFRICOM)¹⁴ e as operações específicas conduzidas na região.

¹⁴ Criado em 2007, o AFRICOM visa promover a estabilidade e a segurança no continente por meio de parcerias com nações africanas, conduzindo operações antiterroristas e humanitárias, e fortalecendo as capacidades de defesa dos países aliados (Adam & Schutz, 2019).

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO E ESTRATÉGICO

Antes do ano 2000, a estratégia naval dos EUA na África Ocidental focava primordialmente em garantir a segurança marítima e apoiar operações contra a pirataria e para manutenção da paz. Inicialmente, a presença de Washington na região era modesta, concentrando-se mais no Atlântico Norte e no Pacífico. Com o passar do tempo, a crescente relevância da África Ocidental, especialmente devido à sua riqueza em recursos naturais como petróleo e gás e sua posição em rotas marítimas importantes, intensificou o interesse e as atividades navais dos EUA na região. Esta área tornou-se estratégica não só pela necessidade de garantir a segurança energética global, mas também por ser um ponto de trânsito vital para o comércio internacional, que enfrenta desafios como pirataria e tráfico de drogas, ameaças significativas à segurança nacional dos EUA e à estabilidade regional (Till, 2018).

Com o início do século 21, as mudanças no cenário global provocaram um impacto significativo nas estratégias navais dos EUA, especialmente após o término da Guerra Fria. A desintegração da União Soviética marcou o fim da era da competição bipolar, abrindo caminho para um mundo mais multipolar e complexo. Esta nova realidade global exigiu que os EUA redefiniram suas ameaças e prioridades estratégicas, adaptando suas políticas para enfrentar uma variedade mais ampla de desafios, incluindo terrorismo, pirataria e estados falidos (Till, 2018).

A resposta dos EUA incluiu a realização de exercícios conjuntos e patrulhas de segurança marítima com as marinhas locais, com o objetivo de combater essas ameaças e fortalecer a segurança das rotas marítimas. Um destaque dessas operações foi a Operação UNITAS¹⁵, um exercício naval multinacional anual, realizado no continente americano, que atualmente envolve diversas nações da África Ocidental. Essas atividades são fundamentais para melhorar a interoperabilidade e a capacidade de operação conjunta entre as forças navais dos EUA e seus parceiros regionais (Till, 2018).

No âmbito naval, embora o princípio do controle do mar continue sendo um pilar central, sua aplicação tornou-se mais complexa e desafiadora. Historicamente, como

¹⁵ Desde 1960, a UNITAS tem sido o exercício marítimo multinacional mais antigo organizado pelos EUA. Os principais objetivos dessa operação incluem aumentar a interoperabilidade das Marinhas participantes por meio da execução de operações navais, aeronavais e de fuzileiros navais, e ainda fortalecer os laços de cooperação entre os países envolvidos (Defesa Aérea e Naval, 2018).

Mahan (1898) já argumentava, o domínio do mar é relativo e imperfeito, uma vez que mesmo os Estados com superioridade naval enfrentam resistências significativas. Esta ideia é reforçada por Brodie¹⁶ (1942), observando que o comando do mar envolve predominância na disputa pelo controle, mas dificilmente atingirá uma dominação total. Esses conceitos são vitais para entender as operações navais contemporâneas dos EUA, onde adversários mais fracos frequentemente desafiam a superioridade estabelecida (Vego, 2016).

A experiência americana durante a Segunda Guerra Mundial exemplifica bem essas complexidades. Apesar do domínio Aliado no Atlântico Norte, houve perdas consideráveis de navios mercantes. Similarmente, a Marinha Japonesa, apesar de manter certo controle no Pacífico Ocidental, sofreu pesadas baixas devido aos submarinos Aliados. Esses eventos históricos continuam a moldar as estratégias das forças navais dos EUA, que devem considerar essas dinâmicas ao lidar com questões de segurança marítima em regiões desafiadoras como a costa oeste africana (Vego, 2016).

O término da Guerra Fria e a emergência de novas ameaças globais impulsionaram os EUA a reavaliar e ajustar suas políticas navais, para alinhá-las às novas realidades estratégicas. Segundo Clausewitz (1984), a estratégia deve estar subordinada à política, pois, como o estrategista enfatizou, a guerra é meramente a continuação da política por outros meios.

Nesse contexto, a estratégia naval dos EUA evoluiu para uma abordagem mais integrada, envolvendo não apenas operações marítimas, mas também esforços terrestres e aéreos. Esta abordagem ampla reflete a natureza contemporânea dos conflitos, onde as forças navais e aéreas desempenham papéis importantes de suporte, enquanto o desfecho da maioria dos conflitos é frequentemente decidido em solo, onde residem as populações e se concentram as infraestruturas críticas (Vego, 2016).

Para enfrentar ameaças contemporâneas, os EUA apoiam exercícios de segurança marítima, como a operação *Hot Pursuit*, envolvendo as marinhas do Togo e do Benin em setembro de 2012. Em 7 de janeiro de 2014, os estadunidenses aprovaram uma lei que incentiva a cooperação entre os EUA e os países da África

¹⁶ Bernard Brodie (1910-1978) foi um influente estrategista militar e teórico das relações internacionais, conhecido por suas contribuições fundamentais ao estudo da dissuasão nuclear durante a Guerra Fria (Britannica, s.d.).

Ocidental para combater o roubo armado no mar. Essas medidas seguem os esforços contínuos do AFRICOM para treinar forças nacionais na região e promover relações entre as nações para combater crimes marítimos. Sob o guarda-chuva do *Africa Partnership Station* (APS), foram organizados exercícios multinacionais de treinamento naval conhecidos como *Obangame Express*, realizados em Calabar, Nigéria, em fevereiro de 2012, e em Douala, Camarões, em março de 2011 (Mandanda & Ping, 2016).

Segundo Till (2018), a eficácia da diplomacia naval como os exemplos citados acima, depende da capacidade das Forças Navais de adaptar-se rapidamente às mudanças no cenário político e estratégico, mantendo uma postura que alinhe-se com os objetivos diplomáticos do país. Esta adaptabilidade é necessária para entender a evolução da postura da Força Naval dos EUA na primeira década do século 21, demonstrando como essa se tornou uma ferramenta essencial para promover estabilidade e segurança naquela região.

3.2 A ESTRATÉGIA MARÍTIMA DOS EUA NA COSTA OESTE AFRICANA

Para efetivar o controle do mar e projetar seu poder de forma eficiente, Washington desenvolveu múltiplas parcerias e iniciativas ao longo da costa oeste africana. As mais significativas foram a APS e a *Africa Maritime Law Enforcement Partnership* (AMLEP). A APS, teve sua primeira missão ocorrida entre novembro de 2007 e abril de 2008. Os países visitados incluíram Senegal, Togo, Gana, São Tomé e Príncipe, Camarões, Libéria, Gabão e Guiné Equatorial. A operação concentrou-se em aprimorar a segurança marítima por meio de exercícios conjuntos, treinamentos e assistência técnica, uma iniciativa voltada para a efetivação da segurança marítima no Golfo da Guiné. Já a AMLEP, iniciada em 2018, complementa com uma combinação de destacamentos de imposição da lei, realizada pela *U.S. Coast Guard* em colaboração com militares de marinhas locais e aliados (Murphy, 2008).

Essas iniciativas não somente ampliaram as capacidades locais, mas também reforçaram as alianças regionais e a cooperação multinacional. Por meio dessas parcerias, os EUA conseguiram não apenas projetar seu poder, mas também influenciar positivamente os eventos na região e promover a segurança coletiva,

reafirmando seu compromisso com a estabilidade e prosperidade da costa oeste africana (Murphy, 2008).

Além disso, a diplomacia naval emergiu como um pilar central na estratégia dos EUA, com a presença contínua de suas forças navais visando alcançar objetivos diplomáticos e estratégicos. A capacidade de mobilização rápida dessas forças permitiu uma resposta imediata às crises emergentes, evidenciando o compromisso dos EUA com a segurança regional. As operações de visitação a portos, exercícios navais conjuntos e outras atividades de engajamento serviram como ferramentas diplomáticas eficazes para consolidar alianças e dissuadir potenciais adversários (Adam e Schutz, 2018).

O primeiro exercício *Obangame Express (OE)*, ocorreu entre 18 e 22 de março de 2011. Durante o exercício, a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECOWAS) controlou a operação a partir do centro de comando da marinha de Camarões em Douala. Além do *USS Robert G. Bradley* participaram ainda navios da Bélgica, Camarões, França, Gabão, Nigéria e Espanha. O exercício se concentrou na conscientização do domínio marítimo e nos desafios específicos da interoperabilidade de uma força multinacional para melhorar sua proficiência no mar (Global Security, 2024).

Em 2007, na Nigéria, os ataques de piratas foram concentrados em Lagos, onde ocorreram 25 ataques, e na região do Delta do Níger (ICC, 2008). Ao total foram 60 ataques na costa oeste africana (Chambers, 2010). Já em 2021, ocorreram 34 ataques de piratas no Golfo da Guiné (ICC, 2021). Os ataques de piratas na região do Golfo da Guiné, incluindo áreas como Lagos e o Delta do Níger, mostram uma tendência de diminuição ao longo dos anos.

Em sua 10ª edição, a OE 21 contou com a participação de um total de 32 países (USA, 2021). Essa combinação de controle do mar, projeção de poder e diplomacia naval foi vital para a estratégia dos EUA na costa oeste africana durante a primeira década do século 21, com o objetivo de proteger interesses nacionais e fortalecer a segurança e estabilidade regional (Adam e Schutz, 2018).

3.3 DESAFIOS E AMEAÇAS MARÍTIMAS NA COSTA OESTE AFRICANA

A pirataria moderna na costa oeste africana impõe desafios singulares que têm redefinido as estratégias navais dos EUA, conforme discutido por Murphy (2008). Os piratas, visando navios carregados com mercadorias valiosas como petróleo e produtos manufaturados, empregam táticas rápidas e violentas.

Na costa oeste africana, a Nigéria é quem possui a maior economia dentre os países. Em 2021, a Nigéria era a maior produtora de petróleo na África e ocupava a 12ª posição no ranking mundial. Conforme dados da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a produção nigeriana em 2018 foi de aproximadamente 1,7 milhões de barris por dia (OPEC, 2018). Em 2021, a produção nigeriana foi de aproximadamente 1,3 milhões de barris por dia (OPEC, 2021) as exportações de petróleo da Nigéria alcançaram cerca de US\$ 41,5 bilhões (OEC, 2021). A economia dessa parte da África pressiona os EUA a implementarem patrulhas regulares e outras medidas de segurança para proteger as rotas de navegação e garantir a livre circulação dos navios comerciais.

Enfrentando esses desafios, a segurança marítima necessita de uma cooperação multilateral intensa, como evidencia a iniciativa *Global Maritime Partnership*¹⁷. Murphy argumenta que a natureza mutável e complexa da pirataria e do terrorismo marítimo demanda um esforço colaborativo internacional. Esta cooperação se mostra vital na costa oeste africana, uma região marcada por Estados frágeis e vastas zonas marítimas que complicam a aplicação da lei e a segurança. Assim, as estratégias navais dos EUA têm focado no fortalecimento das alianças regionais, oferecendo treinamento e assistência técnica, e promovendo operações conjuntas para aprimorar a capacidade de resposta coletiva a essas ameaças marítimas (Murphy, 2008).

¹⁷ Uma iniciativa colaborativa internacional que visa promover a segurança e a prosperidade marítima por meio da cooperação entre nações. Envolve exercícios navais conjuntos, compartilhamento de informações e resposta a desastres, com o objetivo de enfrentar desafios comuns como pirataria e terrorismo no domínio marítimo (HSZIEH et al., 2014).

3.4 O PAPEL DO AFRICOM

O AFRICOM, inaugurado em 2007, com sua sede em Stuttgart, na Alemanha, foi uma iniciativa anunciada pelo Presidente George W. Bush, começando suas atividades em outubro do mesmo ano. A criação do AFRICOM marcou o reconhecimento da crescente importância estratégica da África para a defesa dos EUA. Alguns especialistas acreditavam que a criação do comando foi motivada por preocupações específicas sobre a China e o petróleo (Hanson, 2007). Após o declínio da influência soviética e da presença francesa, a China intensificou investimentos na África para acessar recursos naturais.

Segundo o *National Intelligence Council* (NIC), esperava-se que até 2015 os EUA importariam pelo menos 25% de seu petróleo da África. Além disso, o AFRICOM foi projetado para integrar questões militares, civis e de desenvolvimento, refletindo uma abordagem ampla para promover um ambiente seguro e estável no continente. Este comando busca não só abordar desafios de segurança, mas também enfrentar problemas sociais e econômicos que alimentam a instabilidade na região (Adam e Schutz, 2019).

Os objetivos do AFRICOM são amplos e incluem o fortalecimento das capacidades de defesa dos países africanos, a facilitação de operações de paz e humanitárias, e a capacidade de responder prontamente a crises emergentes. Além disso, uma das metas do comando é ampliar a presença dos EUA na África, servindo como contrapeso à influência de outras potências globais, como a China. A instauração do AFRICOM reflete a necessidade de uma abordagem coordenada e eficaz para os desafios de segurança e desenvolvimento que o continente enfrenta. Essas ações reforçam o compromisso do AFRICOM com a promoção da segurança e estabilidade na África, enfrentando tanto ameaças imediatas quanto as causas profundas da instabilidade regional (Adam e Schutz, 2019).

3.5 ESTUDOS DE CASO E OPERAÇÕES ESPECÍFICAS

A primeira missão sob a égide da APS, alinhada com o conceito de *Global Fleet Station*¹⁸, ocorreu em 2008 com o desdobramento do *USS Fort McHenry*. Durante uma missão de sete meses na costa oeste africana, oficiais de oito marinhas europeias juntaram-se para conduzir exercícios navais com países como Senegal, Libéria, Gana, Camarões, Gabão, São Tomé e Príncipe, e Togo, visando fortalecer a cooperação e a capacidade naval na região (Figueiredo, 2022).

Em 2011, o exercício OE reuniu várias marinhas de países da África Ocidental, além de forças navais dos EUA. As operações focaram em segurança marítima, incluindo simulações de interceptação de embarcações suspeitas, combate à pirataria, e técnicas de abordagem e inspeção de navios. Essas atividades foram essenciais para aprimorar a interoperabilidade e aumentar a capacidade coletiva de responder a ameaças marítimas na região (Figueiredo, 2022).

A implementação da APS impactou positivamente a segurança regional, aumentando a capacidade dos estados costeiros africanos de enfrentar ameaças marítimas de forma autônoma. A iniciativa também reforçou as relações bilaterais entre os EUA e os países participantes, contribuindo para a estabilidade e segurança no Golfo da Guiné e outras áreas da costa oeste africana (Adam e Schutz, 2019).

Desde sua primeira edição, o OE tem gerado resultados significativos como o aumento de países participantes, de 09 em 2011 (ISS, 2011) para 32 em 2021 (USA, 2021); e a consequente redução de ataques de piratas, de 60 em 2007 (ICC, 2007) para 34 em 2021 (ICC, 2021). O exercício destacou-se pelo desenvolvimento de capacidades operacionais e pelo fortalecimento das relações bilaterais e multilaterais entre as marinhas dos países envolvidos (USA, 2021). Além disso, continua a promover uma abordagem regional coordenada para a segurança marítima, incentivando a colaboração entre os países africanos para combater ameaças comuns.

¹⁸ O conceito de *Global Fleet Station* atua como uma Base Marítima persistente, coordenando missões de treinamento, suporte e ajuda humanitária. O navio é um cargueiro modificado com convés de poço, plataforma para helicópteros, e capacidade flexível de carga, projetado para operações costeiras. (Howard, 2008)

3.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este capítulo forneceu uma análise abrangente de como a diplomacia naval dos EUA tem sido fundamental na promoção da segurança e estabilidade na costa oeste africana. Por meio da implementação de iniciativas como a APS, AMLET e o exercício OE, observa-se uma estratégia dos EUA em fortalecer as capacidades marítimas regionais, melhorando assim a interoperabilidade e a eficácia na resposta a ameaças como pirataria e terrorismo marítimo.

A criação do AFRICOM em 2007 exemplifica um esforço coordenado para integrar as operações militares com ações de desenvolvimento civil, refletindo uma abordagem mais holística em resposta às complexas questões de segurança que a região enfrenta. Essa estratégia não apenas responde às necessidades imediatas de segurança, mas também procura abordar as causas subjacentes da instabilidade, como a pobreza e a falta de infraestrutura governamental.

No entanto, apesar dos avanços significativos, persistem desafios na implementação de uma diplomacia naval eficaz que requerem atenção contínua. A adaptação às mudanças dinâmicas no ambiente político e de segurança, a manutenção de relações sustentáveis com os países parceiros e o equilíbrio entre a projeção de poder e a cooperação regional continuam sendo primordiais para o sucesso a longo prazo das estratégias dos EUA na região.

Por fim, é vital que as futuras estratégias navais dos EUA na costa oeste africana continuem a evoluir em resposta às ameaças emergentes e às mudanças nas dinâmicas geopolíticas. A diplomacia naval, com seu duplo papel de força e mediadora, deve permanecer flexível e inovadora, garantindo que as operações não apenas protejam os interesses nacionais dos EUA, mas também promovam um ambiente mais seguro e próspero para todos os países envolvidos. No próximo capítulo aborda-se a diplomacia naval brasileira no mesmo contexto da África Ocidental.

4 ESTRATÉGIAS DE DIPLOMACIA NAVAL DO BRASIL NA ÁFRICA OCIDENTAL: DESAFIOS E RESPOSTAS NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO 21

Neste capítulo, aborda-se a importância estratégica da costa Ocidental da África para o Brasil, destacando os múltiplos papéis que esta região desempenha em termos de desenvolvimento econômico, segurança e diplomacia. Inicialmente, estabelece-se o contexto geral da política externa e de defesa do Brasil, traçando um panorama da integração entre esses campos com o desenvolvimento econômico, sobretudo no que tange ao aproveitamento dos recursos naturais e à proteção das rotas marítimas.

Na primeira seção, explora-se a relevância geopolítica e econômica do Atlântico Sul e a abordagem brasileira para a segurança e a cooperação internacional na região, incluindo obrigações com a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)¹⁹.

Logo em seguida, a segunda seção detalha como o Brasil utiliza sua capacidade naval para reforçar sua presença na região do Atlântico Sul, com ênfase especial nas políticas que definem o papel ativo do Brasil no cenário internacional, assegurando que a presença naval brasileira seja robusta e estrategicamente alinhada aos interesses nacionais, que demonstram o compromisso do país com a segurança marítima e o desenvolvimento sustentável.

Por fim, na terceira seção, apresenta-se algumas conclusões sobre a eficácia das estratégias implementadas e como articulam uma abordagem coordenada de defesa e diplomática do Brasil, reforçando a segurança nacional e a influência regional, especialmente na África Ocidental, por meio de princípios como a garantia da soberania dos Estados, paz e cooperação internacional.

¹⁹ Estabelecida em 1986, liderada pelo Brasil e Argentina, por meio da Resolução nº 41/11 da ONU. A Zona abrange 24 países entre a América do Sul e a costa ocidental africana, a ZOPACAS visa promover a cooperação regional, o desenvolvimento econômico e social, e a segurança, com ênfase na não proliferação de armas nucleares e de destruição em massa no Atlântico Sul (Brasil, 2014).

4.1 O ATLÂNTICO SUL: PILAR ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO, SEGURANÇA E DIPLOMACIA DO BRASIL

O Atlântico Sul é de fundamental importância para o Brasil, não apenas como uma rota comercial vital, mas também como uma fonte importante de recursos naturais. Com mais de 7 mil quilômetros de litoral, o Brasil explora substancialmente essas águas para a extração de petróleo e gás natural, que representam 95% e 83% da produção nacional desses recursos, respectivamente. Além disso, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) do Brasil, que cobre uma área de cerca de 3,5 milhões de quilômetros quadrados e pode ser expandida para até 4,5 milhões, é uma região rica em biodiversidade marinha e recursos minerais. Esta vasta área, importante para a segurança energética do país, é vital para manter a independência econômica e reduzir vulnerabilidades externas (Andrade e Franco, 2018).

Além de seu papel econômico, o Atlântico Sul é estratégico para a defesa e segurança nacional brasileira. A gestão e controle desta região, conhecida como "Amazônia Azul", são essenciais para proteger a soberania nacional, garantindo que as riquezas dentro dessa fronteira marítima sejam utilizadas para o benefício do desenvolvimento brasileiro. A vigilância e defesa dessas águas são responsabilidades primárias da Marinha do Brasil, que emprega uma série de capacidades para monitorar e proteger esta zona contra ameaças e atividades ilegais. O controle efetivo do Atlântico Sul permite ao Brasil não apenas garantir a segurança dos seus recursos, mas também fortalecer sua posição nas negociações internacionais, projetando sua influência e promovendo a paz na região (Andrade e Franco, 2018).

O Atlântico Sul enfrenta desafios ambientais consideráveis, particularmente relacionados à exploração de recursos naturais. Consciente dos possíveis impactos sobre os ecossistemas marinhos, o Brasil implementou diversas medidas para assegurar uma exploração sustentável. Iniciativas como o monitoramento ambiental contínuo e a criação de áreas de proteção marinha são parte dos esforços para preservar a biodiversidade nesta área vital. Adicionalmente, o país alinha-se às diretrizes internacionais sobre desenvolvimento sustentável, buscando harmonizar o crescimento econômico com a conservação ambiental, o que reflete seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Andrade e Franco, 2018).

Na esfera internacional, o Atlântico Sul é uma plataforma estratégica de extrema relevância para a diplomacia nacional. O país tem se destacado ativamente

na ZOPACAS, fomentando a segurança e a cooperação econômica entre as nações do hemisfério sul. Essa atuação é particularmente evidente na costa oeste africana, onde o Brasil tem reforçado os laços com nações africanas. A MB tem papel fundamental nesse processo, promovendo a cooperação internacional por meio das missões navais, dos Grupos de Ação de Fuzileiros Navais (GAT-FN) e da troca de conhecimentos durante exercícios bilaterais e multilaterais (Brasil, 2009).

O desenvolvimento de infraestruturas críticas, como portos e instalações *offshore*, é essencial para a economia brasileira, sublinhando o papel do Atlântico Sul como rota comercial indispensável. Somente em 2021 o Brasil movimentou cerca de US\$ 500 bilhões, sendo aproximadamente, 95% comercializado por vias marítimas (FazComex, 2021).

Entre 2015 e 2021, os portos brasileiros passaram por uma evolução significativa em termos de movimentação de cargas e investimentos em infraestrutura. Em 2015, o total de movimentação portuária foi de 1,008 bilhões de toneladas, divididas entre 351 milhões de toneladas nos portos organizados e 656 milhões de toneladas nos Terminais de Uso Privado (TUP). Já em 2021, essa movimentação aumentou cerca de 19,8% em relação a 2015, com os portos organizados registrando 409 milhões de toneladas e os TUPs alcançando 805 milhões de toneladas. Este crescimento reflete o fortalecimento do setor portuário privado, que encerrou o ano de 2021 com um total de 255 terminais privados autorizados e uma carteira de investimentos de R\$ 45,4 bilhões (Associação de Terminais Portuários Privados, 2021) (Plano Nacional de Logística Portuária, 2015).

A ampliação dessas infraestruturas tem catalisado o crescimento econômico, especialmente nas zonas costeiras, criando empregos e estimulando o desenvolvimento local. A atividade econômica resultante do comércio marítimo não só sustenta a economia regional, como também posiciona o Brasil de maneira mais competitiva no mercado internacional, destacando a conexão entre o desenvolvimento econômico e a segurança marítima (Andrade e Franco, 2018).

4.2 INTEGRAÇÃO DE DEFESA, DIPLOMACIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA DO BRASIL

O Brasil, devido ao seu tamanho, tanto territorial quanto populacional²⁰ e à abundância de recursos naturais, precisa de uma estratégia de segurança nacional abrangente que integre defesa, diplomacia e desenvolvimento econômico, especialmente no Atlântico Sul. No entanto, diferentemente dos EUA, que possuem uma política de segurança e externa definida pela *National Security Strategy*²¹, o Brasil ainda não dispõe de um documento com essa abrangência e integração, o que limita sua capacidade de projetar influência de maneira eficaz e coesa (Júnior, 2020).

A falta de uma definição clara dos principais pilares, interesses e ameaças para o Estado brasileiro faz com que as políticas e recursos se concentrem principalmente nos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores. Esse enfoque pode levar a uma coordenação fragmentada e ineficaz. Tal lacuna na estruturação estratégica não apenas compromete a eficiência das operações, mas também diminui a capacidade do Brasil de exercer um *smart power*²² efetivo e integrado na região do Atlântico Sul (Junior, 2020)

A Política Nacional de Defesa do Brasil (PND) é guiada por princípios que enfatizam a solução pacífica de controvérsias e a cooperação internacional. Conforme estabelecido no documento, promove a segurança por meio de uma abordagem que integra desenvolvimento, diplomacia e defesa, buscando a preservação da soberania e da integridade territorial brasileira. Este enfoque é essencial para entender as ações brasileiras no Atlântico Sul, onde o Brasil se esforça para manter uma zona de paz e cooperação, reforçando a estabilidade regional e protegendo seus interesses nacionais (Brasil, 2020a).

A PND busca definir objetivos claros que se relacionam diretamente com a região do Atlântico Sul e, conseqüentemente, com a África Ocidental. Entre eles,

²⁰ Em 2021, o Brasil era o 5º maior país do mundo em extensão territorial e o 7º em população (IBGE, 2021).

²¹ Essencialmente, a estratégia é construída sobre os princípios do realismo, que prioriza resultados práticos em vez de seguir uma ideologia rígida. Isso significa que as políticas externas e de segurança dos EUA são orientadas por uma avaliação objetiva das condições e interesses reais, focando em fortalecer a soberania nacional e a cooperação internacional para a promoção da paz (USA, 2015)

²² O conceito de *smart power* é uma abordagem na política externa que combina elementos de *hard power* (poder coercitivo como força militar e sanções econômicas) e *soft power* (poder de atração e persuasão por meio de cultura, política e valores diplomáticos) (Nye, 2004)

ressalta-se a garantia da soberania e a proteção do patrimônio nacional nas suas águas jurisdicionais e espaços aéreos. Além disso, a PND visa ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa nacional, promovendo uma maior consciência sobre a importância estratégica do Atlântico Sul. A política também objetiva contribuir para a paz e segurança internacionais e estabilidade, estabelecendo o Atlântico Sul como área de interesse prioritário, incluindo a Antártica e os países africanos da costa ocidental (Brasil, 2020a).

A implementação da PND no contexto do Atlântico Sul inclui uma série de iniciativas específicas como patrulhas marítimas conjuntas e programas de capacitação regional. Um exemplo dessas iniciativas é a Operação “Ágata”, que desde 2011, a MB, o Exército Brasileiro (EB) e a Força Aérea Brasileira (FAB), sob a coordenação do Ministério da Defesa, realizam em colaboração com órgãos federais, estaduais e municipais, além de diversas agências governamentais, operações com o objetivo de combater crimes transfronteiriços e ambientais, além de intensificar a presença do Estado Brasileiro na faixa de fronteira (Brasil, 2020a).

Estas ações são projetadas para fortalecer as capacidades de defesa do Brasil e de seus parceiros regionais, garantindo a segurança inclusive das rotas marítimas críticas e combatendo ameaças como pirataria e tráfico ilícito (Brasil, 2020a).

A participação brasileira em Operações de Paz na África remonta aos anos 1990. O Brasil desempenhou um papel significativo em Angola, contribuindo com militares e civis para as missões das Nações Unidas no país (Missões de Paz, 2024). Na década seguinte, o Brasil expandiu sua atuação no cenário internacional em operações sob a égide da ONU, assumindo a posição de *force commander* na MINUSTAH no Haiti. Entretanto, constata-se que das missões mais recentes com participação brasileira, atualmente, apenas a Missão das Nações Unidas para a Saara Ocidental (MINURSO) e a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) estão na costa oeste africana, com a participação de 31 militares em 2021 (ONU, 2021).

Por meio desses princípios, objetivos e ações, a PND estrutura de forma significativa a presença naval do Brasil na costa oeste africana. Ao alinhar defesa, diplomacia e desenvolvimento, a política não apenas protege os interesses nacionais brasileiros, mas também contribui para a estabilidade e o desenvolvimento sustentável da região do Atlântico Sul. Esta abordagem integrada é vital para a projeção do Brasil

como um líder regional, sendo uma força positiva na promoção da paz e da cooperação internacional (Brasil, 2020a).

A Estratégia Nacional de Defesa (END) do Brasil articula a necessidade de desenvolver capacidades militares robustas, especificamente no Atlântico Sul, uma região de importância estratégica crescente. Como destaca Brigagão e Seabra (2011), além de seu papel como via marítima, o Atlântico Sul contém milhões de toneladas de pescado, possui uma indústria de turismo e lazer, além das mencionadas reservas de hidrocarbonetos. Também abriga depósitos de metais como ferro, alumínio, titânio, cromo, níquel, manganês, cobre e cobalto, além de pedras preciosas (Brigagão & Seabra, 2011).

Além disso, a END enfatiza a importância de desenvolver uma Marinha moderna e bem equipada, capaz de garantir a segurança das rotas comerciais marítimas e de deter ameaças potenciais, como pirataria e tráfico ilícito. Além disso, a estratégia defende o fortalecimento das relações com países vizinhos do Atlântico Sul, promovendo acordos de cooperação de defesa que ajudam a construir um ambiente regional mais seguro e estável (Brasil, 2020b).

A Capacidade de Proteção, conforme delineada na END, transcende as fronteiras nacionais para abarcar os interesses brasileiros no exterior. Essa extensão é fundamental para a proteção dos direitos e ativos brasileiros fora do país, garantindo a observância de direitos individuais e coletivos e a execução eficaz de acordos internacionais (Brasil, 2020b).

Ainda assim, a Capacidade de Proteção envolve a segurança dos recursos econômicos e patrimoniais brasileiros no exterior, exigindo uma integração eficiente entre as forças militares e estratégias diplomáticas. Este esforço é sustentado por arcabouço jurídico internacional, que orienta a atuação do Brasil em cenários globais (Brasil, 2020b).

É essencial avaliar como a integração entre diplomacia, defesa e economia é executada pela MB, considerando principalmente suas características de permanência e mobilidade. A MB se destaca como a força armada mais apta e familiarizada com o Atlântico Sul e sua costa africana, áreas estratégicas para o Brasil. Além de defender a costa nacional e proteger as riquezas em suas águas, a Marinha desempenha um papel significativo numa estratégia brasileira mais abrangente, conforme articulado em sua missão:

Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a Defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa (Brasil, 2019a, p. 43).

Portanto, a missão da MB reflete a importância de empreender ações coordenadas que transcendem as demandas internas da Marinha ou os requisitos militares puramente.

Dentro desse quadro, a Diplomacia Naval é um elemento essencial de suporte à política externa brasileira, desempenhando um papel importante na promoção dos objetivos políticos internacionais do país. Operando em um amplo espectro de atividades, a Marinha Brasileira realiza exercícios militares conjuntos com nações da costa ocidental africana, fortalecendo laços e promovendo cooperação regional. Tais operações demonstram o comprometimento brasileiro com a segurança marítima e a resolução pacífica de conflitos (Brasil, 2020b).

Adicionalmente, a Diplomacia Naval abrange desde cooperações em tempos de paz até respostas a conflitos armados, contribuindo significativamente para o fortalecimento da autoridade do Estado, a projeção internacional do país e o estabelecimento de parcerias estratégicas e econômicas duradouras por meio de atividades como visitas oficiais, cooperações técnicas, operações de paz e missões humanitárias (Brasil, 2023).

Uma região do Atlântico Sul mais estável, onde conflitos são resolvidos de maneira pacífica e onde a segurança marítima é garantida favorece o desenvolvimento econômico, tanto para o Brasil quanto para seus parceiros regionais. Futuramente, a política brasileira pode necessitar de ajustes para adaptar-se a mudanças geopolíticas e tecnológicas, garantindo que as capacidades de defesa e diplomacia nacionais continuem eficazes e relevantes.

4.3 OPERAÇÕES NAVAIS BRASILEIRAS NA COSTA OESTE AFRICANA

A atuação da Marinha do Brasil na luta contra a pirataria, particularmente na Guiné Equatorial, somada aos planos de estabelecimento de uma base naval chinesa com capacidade significativa de alojamento de tropas em um porto africano (Africa Center for Strategic Studies, 2021), aumentaram o interesse de Washington em formar parcerias com o Brasil. Essas colaborações visam a defesa e a segurança da costa

oeste africana, contribuindo também para o desenvolvimento e fortalecimento dessa região (Pereira, 2022).

As primeiras participações do Brasil na OE, ocorreram em 2012 e 2013, somente com observadores (Defesanet, 2012). Ao longo das edições em que a MB se fez presente, entre 2014 e 2021, empregou os Navios-Patrolha Oceânicos (NPaOc) “Amazonas”, “Apa” e “Araguari” no Golfo da Guiné. Nessas ocasiões, os exercícios contaram com a participação de diversas marinhas, das quais destaca-se a de Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Namíbia, Nigéria, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo. Todas essas marinhas da costa oeste africana (USA, s.d.).

O exercício *Grand African Nemo* é coordenado pela Marinha Francesa no Golfo da Guiné, com a participação do Brasil desde 2019 visando treinar as marinhas amigas dos países da costa ocidental africana para solucionar as questões de segurança regionais. As atividades incluem assistência a navios em perigo e atividades de repressão às ameaças marítimas, incrementando, assim, a interoperabilidade entre as marinhas de diversos países participantes do exercício (Brasil, 2019b).

Em 2019, o NPaOc “Apa” realizou exercícios com marinhas localizadas mais na área setentrional do Golfo da Guiné, uma atividade menos frequente nas edições do OE. Em 2020, teve a participação do “Apa” novamente e nesta ocasião, o Navio executou manobras no mar com os Navios-Patrolha “Kedougou”, “Anambe” e “Soungrougrou”, além de colaborar com o Destacamento de Operações Especiais da Marinha Nacional do Senegal (Brasil, 2020c) e em 2021 foi a vez do NPaOc “Amazonas” participar da Operação (Brasil, 2021a).

De agosto a outubro de 2021, a Fragata "Independência" realizou a Operação "Guinex-I" no Golfo da Guiné. Uma iniciativa totalmente brasileira visando fortalecer as capacidades de segurança marítima com os países da região por meio de exercícios combinados e treinamento mútuo. Em 13 de agosto, a "Independência" atracou no Porto de Malabo, sendo recebida pelo Embaixador do Brasil, Evaldo Freire, e visitada por diversas autoridades, incluindo o Vice-Ministro de Defesa da Guiné Equatorial, Candido Ncogo Engono (Brasil, 2021b)

Durante a estadia da “Independência”, foram conduzidos treinamentos em terra e no mar com a Marinha da Guiné Equatorial, focados em aumentar a

interoperabilidade entre as Forças Navais, especialmente nas ações de visita e inspeção e abordagem de navios. A Fragata "Independência" ainda visitou outros países africanos como Camarões, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Nigéria antes de retornar ao Brasil (Brasil, 2021b)

Desta forma, percebe-se que a Diplomacia Naval melhora a imagem coletiva do Brasil no Golfo da Guiné, gerando potenciais dividendos políticos. Além disso, essas iniciativas fortalecem significativamente as relações bilaterais do Brasil com os países dessa região (Pereira, 2022).

4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A interação entre a PND e a END forma o cerne das ações de defesa e diplomacia naval do Brasil, com um impacto significativo nas regiões estratégicas, como a costa oeste africana. Essas políticas não apenas delineiam os contornos da segurança nacional, mas também definem o papel proativo do Brasil na arena internacional, garantindo que a presença naval brasileira seja tanto robusta quanto estrategicamente alinhada com os interesses nacionais de longo prazo.

A PND estabelece uma plataforma de princípios fundamentais que guiam a defesa nacional, priorizando a soberania e a integridade territorial, enquanto promove a solução pacífica de conflitos e a cooperação internacional. Esses princípios não somente orientam a formulação de políticas internas, mas também servem como alicerce para a construção da END, que opera como um mecanismo de implementação prática desses objetivos. Por meio da END, estratégias detalhadas e ações específicas são delineadas, abrangendo desde o desenvolvimento de capacidades militares e diplomáticas até a realização de exercícios conjuntos e missões de paz, fortalecendo a influência do Brasil em um contexto global.

O impacto estratégico dessa cooperação é perceptível, principalmente por meio da integração das políticas de defesa e diplomacia. Com isso, o Brasil solidifica sua posição no Atlântico Sul e na África Ocidental - áreas de importância crítica devido à abundância de recursos naturais e relevância geopolítica. Essa presença, não apenas protege os interesses nacionais, mas também contribui para a promoção da estabilidade regional e global, evidenciando o compromisso brasileiro com a construção de um ambiente pacífico e cooperativo.

A MB demonstra um compromisso com a segurança marítima no Golfo da Guiné, uma região de grande importância estratégica e diplomática. A participação em exercícios multinacionais, como o OE e o Grand African Nemo, evidencia a capacidade de interoperabilidade e a disposição para colaborar com diversas nações em prol da segurança coletiva. Além disso, iniciativas próprias como a Operação "Guinex-I" destacam a capacidade do Brasil de conduzir operações autônomas, fortalecendo as relações bilaterais e melhorando sua imagem na região.

Essas ações, tanto no contexto multilateral quanto bilateral, também geram dividendos políticos e diplomáticos. A combinação de esforços colaborativos e iniciativas próprias permite ao Brasil desempenhar um papel relevante e influente na segurança e no desenvolvimento do Golfo da Guiné, consolidando-se como um parceiro estratégico para as nações africanas e outros atores internacionais interessados na estabilidade da região.

Portanto, a MB, por meio de uma diplomacia naval ativa e eficiente, reforça a sua posição no cenário internacional, promovendo a paz, a segurança e a cooperação, ao mesmo tempo em que fortalece os laços com os países do Golfo da Guiné e contribui para o desenvolvimento da segurança marítima regional.

Com o entendimento de conceitos como Diplomacia Naval e *Soft Power*, bem como a atuação das Forças Navais dos EUA e Brasil, segue-se uma análise comparativa da atuação desses dois Estados na costa oeste africana.

5 COMPARATIVO DA DIPLOMACIA NAVAL: BRASIL E EUA NA COSTA OESTE AFRICANA

Neste capítulo, explora-se as estratégias de diplomacia naval empregadas por duas forças navais importantes: o Brasil e os EUA. O estudo comparativo das políticas e operações navais desses Estados não apenas ilumina suas abordagens distintas e objetivos estratégicos, mas também proporciona uma compreensão mais profunda de como as marinhas podem ser utilizadas como instrumentos de *soft power* e influência global.

Este capítulo visa também avaliar como cada país integra suas forças navais nas estratégias de política externa. Por meio desta análise, busca identificar semelhanças e diferenças nas abordagens navais, avaliar a eficácia de suas operações sob a lente da teoria da diplomacia naval e do *soft power*.

5.1 MOTIVAÇÕES ESTRATÉGICAS

As motivações estratégicas por trás das políticas navais dessas nações são reflexos de suas posições geográficas e interesses globais. O Brasil, com uma vasta costa no Atlântico Sul, exige uma política que garanta a proteção de suas águas e recursos marítimos, e a manutenção de rotas de comércio internacional seguras (Brasil, 2020a). Conforme discutido por Nye (2004), a utilização do *soft power* pela diplomacia brasileira por meio de missões humanitárias e de paz complementa suas estratégias navais.

Os EUA, enfrentando desafios de segurança em múltiplas frentes globais, utilizam sua marinha para garantir não apenas sua segurança, mas também para manter uma ordem internacional favorável, conforme explicado por Booth (2014) e Till (2018). A marinha americana é uma ferramenta fundamental para exercer influência sobre as rotas marítimas internacionais e para intervir em regiões estratégicas, refletindo uma abordagem mais agressiva e direta na utilização de seu poder naval.

A integração das teorias de Booth e Till nas estratégias navais é evidente na maneira como cada país conceitualiza sua marinha dentro de sua política externa. Enquanto Booth (2014) ressalta a importância do poder naval na diplomacia e na influência estratégica, Till (2018) discute como as operações navais devem ser

adaptadas para enfrentar as mudanças contemporâneas no ambiente de segurança global. Essas perspectivas são importantes para entender como as marinhas são percebidas e utilizadas como instrumentos de política externa pelos dois países.

5.2 ESTRUTURAS E CAPACIDADES NAVAIS

A Marinha norte-americana é reconhecida como a mais poderosa do mundo, com capacidades de projeção global e uma frota composta por porta-aviões, submarinos nucleares e uma vasta gama de navios de superfície e unidades de operações especiais (Morris, 1985). Em contraste, a MB, embora seja uma das mais fortes da América Latina, opera em uma escala significativamente menor, com foco na proteção de suas extensas águas jurisdicionais, conforme estabelecido pela Lei nº 8.617/1993 (Brasil, 1993) e interesse crescente em aprimorar suas capacidades de projeção de poder, como evidenciado pelo desenvolvimento de seu programa de submarinos, incluindo unidades de propulsão nuclear (Brasil, 2020b).

Os EUA utilizam sua marinha para garantir a segurança global e manter abertas as linhas de comércio internacional, inclusive na costa oeste africana (Kropp, 2016), refletindo sua política de engajamento global e domínio marítimo. O Brasil, por outro lado, utiliza sua marinha principalmente para garantir a soberania sobre sua vasta costa e recursos *offshore*, refletindo uma política de defesa focada na dissuasão regional e proteção de recursos (Brasil, 2020b).

5.3 ANÁLISE COMPARATIVA DAS OPERAÇÕES NAVAIS NA COSTA OESTE AFRICANA

As operações navais na região, lideradas tanto pelos EUA quanto pelo Brasil, refletem uma gama diversificada de interesses estratégicos e de segurança que influenciam diretamente a estabilidade regional (Mabus, 2015; Neves, 2015).

A Estratégia Marítima para o Século 21 da *US NAVY* ressalta a importância da presença naval expedicionária para o fortalecimento de alianças e a garantia de um ambiente seguro necessário para o livre fluxo de comércio (USA, 2015). Por outro lado, o Brasil, com sua visão de segurança marítima internacional e cooperação regional, busca estender sua influência e fortalecer as relações diplomáticas por meio

de iniciativas de segurança cooperativa, destacando a importância da região para a segurança do Atlântico Sul e a proteção de suas reservas de pré-sal descobertas em 2007 (Abdenur & Neto, 2014).

5.4 DIPLOMACIA NAVAL E *SOFT POWER*

Conforme discutido no capítulo teórico deste trabalho, a abordagem de Ken Booth (2014) enfatiza a função diplomática da diplomacia naval. Essa perspectiva se concentra em elementos fundamentais como a negociação baseada na força, a manipulação e a construção de prestígio. Estes aspectos são observados nas posturas de ambos os países, foco deste estudo.

Na Negociação Baseada na Força, vimos os EUA com suas operações na costa oeste africana, enfatizando a projeção de poder naval para assegurar rotas marítimas e proteger interesses econômicos, especialmente em relação aos recursos naturais como petróleo. A presença naval é utilizada como um meio para dissuadir atividades piratas e garantir a estabilidade regional, que são importantes para a segurança do comércio marítimo e investimentos na região (Till, 2018), em um mix de *hard power* com *soft power*.

Nesse aspecto, o Brasil, de forma similar emprega sua capacidade naval para reforçar a segurança e a estabilidade na região do Golfo da Guiné, porém com um foco menos intervencionista e mais em cooperação e assistência regional (Brasil, 2019a), refletindo uma abordagem mais estrita de *soft power*. A negociação baseada na força se manifesta por meio do engajamento em exercícios multinacionais e na promoção de uma zona de paz e cooperação (Brasil, 2020a).

Sob a ótica da Manipulação, os EUA utilizam da sua presença e ações navais para influenciar as políticas dos estados da região. Isso é feito por meio da realização de exercícios conjuntos, oferecendo treinamento e assistência técnica, o que também serve para fortalecer alianças e garantir uma presença estratégica contínua (Murphy, 2009).

Diferente dos EUA nesse aspecto, o Brasil utiliza sua diplomacia naval para criar e fortalecer laços culturais e econômicos, influenciando positivamente os países africanos por meio de uma presença naval que é percebida como menos ameaçadora e mais colaborativa (Brasil, 2020a). Isso reflete uma manipulação mais sutil, e é um

claro exemplo importante de *soft power*, visando a construção de uma imagem positiva e confiável do Brasil no exterior.

Por último, sob o aspecto da Construção de Prestígio, os EUA reforçam pela demonstração de capacidade militar e liderança em operações de segurança marítima, o que também serve para assegurar aliados e deter adversários potenciais. A presença norte-americana visa também demonstrar compromisso com a segurança internacional (Vego, 2016).

A construção de prestígio brasileira foca mais na cooperação e no engajamento diplomático, usando sua capacidade naval para promover a paz, a segurança e o desenvolvimento sustentável. Isso inclui operações que demonstram empatia e solidariedade, como missões de paz e ajuda humanitária (Brasil, 2023), fortalecendo assim a imagem do Brasil como um ator responsável e pacificador.

Na abordagem de diplomacia naval proposta por Till (2018), as estratégias navais dos EUA e do Brasil destacam-se por objetivos distintos e métodos de implementação. Washington projeta sua presença naval para demonstrar força e garantir segurança marítima, visando a estabilização da região, corroborando com a visão de Booth (2014), e contrabalanceando a influência de potências como a China (BBC, 2023). Em contraste, o Brasil adota uma abordagem mais colaborativa e menos coercitiva, concentrando-se em construir parcerias e fortalecer as capacidades locais (Brasil, 2023). Esta diferença se reflete também na construção de suas imagens estratégicas: enquanto os EUA utilizam sua força naval para influenciar os desenvolvimentos regionais, o Brasil usa a sua para aprofundar laços culturais e políticos, promovendo-se como um parceiro cooperativo e dedicado ao desenvolvimento mútuo.

Ambos os países, no entanto, empregam suas operações para aprimorar a interoperabilidade entre as forças navais, embora com enfoques distintos. O Brasil mostra um interesse particular em atividades conjuntas que beneficiem diretamente as marinhas dos países africanos, enfatizando a cooperação e o suporte ao desenvolvimento local (Pereira, 2022). Por outro lado, os EUA focam em estabelecer padrões de operações que se alinhem com seus interesses estratégicos de segurança a longo prazo (Vego, 2016). Essa diferença de objetivos sublinha a complexidade das políticas navais em ação, refletindo as prioridades geopolíticas e estratégicas de cada país no cenário global.

Observa-se como as estratégias navais dos EUA e do Brasil, embora direcionadas por objetivos globais e defesas marítimas, divergem significativamente em sua execução e impacto geopolítico. As operações navais americanas são moldadas por uma necessidade de manter uma presença dominante nos mares, refletindo uma abordagem que integra tanto o *hard power* quanto o *soft power* para influenciar e controlar rotas marítimas vitais e garantir interesses econômicos estratégicos. Este esforço é evidenciado pela sua atuação na costa oeste africana, onde a presença militar americana busca assegurar a estabilidade regional que é fundamental para o comércio internacional e a segurança energética.

Em contrapartida, o Brasil emprega sua capacidade naval de maneira mais contida e cooperativa, focando em fortalecer a segurança e a estabilidade regional por meio de uma diplomacia naval que favorece o *soft power*. Por meio de missões de paz e humanitárias, o Brasil busca construir e manter laços diplomáticos e culturais, fortalecendo sua imagem como um parceiro cooperativo e responsável no cenário internacional. Essa abordagem não só ressalta a disposição do Brasil em colaborar para a paz regional, como também reflete uma estratégia voltada para o aprofundamento de relações diplomáticas e comerciais com outros países do Atlântico Sul e da África.

Essas diferenças nas estratégias navais entre os dois países ilustram os variados papéis que as marinhas podem desempenhar em conformidade com os objetivos nacionais mais amplos de política externa e defesa. Enquanto os EUA utilizam sua marinha para projetar poder e influenciar globalmente, o Brasil utiliza a sua Força Naval como um instrumento de promoção da paz e da estabilidade regional. Esta análise das operações navais oferece uma perspectiva importante sobre como cada país percebe e utiliza seu braço armado no mar para alcançar seus interesses estratégicos, dentro do contexto global que estão inseridos.

Desta forma, após apresentar os conceitos de Diplomacia Naval e *Soft Power*, a presença dos EUA e do Brasil na costa oeste africana e uma comparação de suas posturas frente aos desafios deste continente, cabe uma conclusão que retome os principais pontos do estudo e aponte outros aspectos.

6 CONCLUSÃO

O propósito deste trabalho foi comparar as diferentes estratégias de diplomacia naval na costa oeste africana, adotadas pelos EUA e pelo Brasil no período compreendido entre 2007, data de criação do AFRICOM e 2021, data da primeira operação de iniciativa brasileira, a GUINEX-I.

No primeiro capítulo explorou-se os conceitos da diplomacia naval, guiados pelas percepções de Geoffrey Till e Ken Booth sobre as capacidades ampliadas das forças navais em tempos de paz e a aplicação do *Soft Power* de Joseph S. Nye. A seleção desses dois alicerces teóricos auxiliou na fundamentação de estratégias navais modernas. No segundo, procurou-se analisar a evolução da estratégia naval dos EUA na costa oeste africana. No terceiro, abordou-se a importância da costa Ocidental da África para o Brasil e sua estratégia reforçando a presença naval na área. No quarto, comparou-se as estratégias de diplomacia empregadas por ambas as potências marítimas.

No desenvolvimento deste trabalho, percebe-se que a diplomacia naval dos EUA na costa oeste africana, destaca-se por iniciativas como APS, AMLET e o exercício OE que fortalecem a segurança marítima regional e a interoperabilidade contra ameaças como pirataria e terrorismo. A criação do AFRICOM em 2007 visou integrar defesa e desenvolvimento civil, abordando causas profundas de instabilidade, como pobreza e infraestrutura deficiente. Os desafios permanecem, exigindo adaptações às dinâmicas geopolíticas e manutenção do equilíbrio entre poder e cooperação para garantir o sucesso das estratégias a longo prazo.

Em seguida, vimos a interação entre a PND e a END que é fundamental para definir o papel estratégico do Brasil em áreas importantes como a África Ocidental. Essas políticas moldam a segurança nacional e em certa medida, a diplomacia, alinhando as operações navais com os objetivos de longo prazo do país. A MB demonstra seu compromisso com a segurança marítima por meio da participação em exercícios multinacionais e operações autônomas, reforçando sua influência e melhorando a estabilidade regional no Golfo da Guiné.

O trabalho baseou as comparações nos exemplos práticos da atuação dos EUA e do Brasil na costa oeste africana, destacando a relevância de uma estratégia naval adaptativa e adequada a cada um dos países dentro de suas estratégias. Os exercícios como o OE e o *Grand African NEMO*, juntamente com operações

humanitárias e de presença estratégica, exemplificam como a diplomacia naval pode servir a estratégias nacionais mais amplas e responder construtivamente aos desafios de segurança e cooperação internacional.

A análise das estratégias navais adotadas pelos EUA e Brasil revelou uma diversidade nas abordagens de aplicação do poder naval. Enquanto os EUA tendem a integrar aspectos de *hard power* e *soft power* para assegurar influência e estabilidade regional, o Brasil emprega uma abordagem mais focada na cooperação e na promoção da estabilidade por meio do *soft power*. Esta diferença reflete as distintas posturas estratégicas adotadas pelos países dentro do cenário geopolítico global, cada uma alinhada com seus respectivos interesses nacionais e regionais.

Em relação à eficácia da diplomacia naval como uma ferramenta de *smart power*, conclui-se que tanto os EUA quanto o Brasil demonstraram capacidade de adaptar suas estratégias navais para atender às necessidades diplomáticas e de segurança. No entanto, a eficácia completa dessa abordagem depende da vontade política dos Estados, da integração contínua de práticas navais com objetivos diplomáticos amplos e do reconhecimento das dinâmicas geopolíticas que influenciam as operações navais.

As operações no Golfo da Guiné, em particular, destacaram como iniciativas de segurança marítima e diplomacia podem melhorar a capacidade de defesa e influenciar positivamente as relações internacionais. Estes casos servem como base para futuras estratégias que poderiam explorar mais profundamente o equilíbrio entre demonstrações de força e esforços diplomáticos, particularmente em regiões de alta tensão e importância estratégica.

Desta forma, acredita-se ter atingido o propósito deste trabalho ao elucidar a importância estratégica do Atlântico Sul para a MB, tanto em termos de segurança energética quanto na garantia da segurança marítima e do comércio internacional. O estudo revelou como a presença ativa da MB na região não apenas protege recursos vitais, mas também fortalece a posição geopolítica do Brasil, promovendo alianças e estabilidade regional. Além disso, este trabalho abre caminho para investigações futuras que poderiam explorar a eficácia das políticas de segurança marítima adotadas, e o impacto dessas atividades na política externa brasileira.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; NETO, Danilo Marcondes de Souza. Capítulo 9 - **O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa entre o Brasil e a África**. Livro: O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Parte 2: O Brasil e a segurança no Atlântico Sul. Organizadores: Reginaldo Mattar Nasser e Rodrigo Fracalossi de Moraes. Brasília: IPEA, 2014. 284 p. Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3075>. Acesso em 23 de jun. de 2024.

ADAM, Gabriel Pessin; SCHUTZ, Nathaly Xavier. **Relações EUA-África: os 10 anos de estabelecimento do Africom (2007-2018)**. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v. 6, n. 2, jul./dez. 2019, p. 185-204.

AFRICA Center for Strategic Studies. **Considerações para uma nova base naval chinesa em África**. Centro de Estudos Estratégicos de África, 2021. Disponível em: <https://africacenter.org/pt-pt/spotlight/consideracoes-para-uma-nova-base-naval-chinesa-em-africa/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

ANDRADE, Israel de Oliveira; FRANCO, Luiz Gustavo Aversa. **A Amazônia Azul como fronteira marítima do Brasil: importância estratégica e imperativos para a defesa nacional**. Rio de Janeiro, Ipea, 2018.

ASSOCIAÇÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADOS. **Relatório Anual 2021**. Disponível em: <https://www.portosprivados.org.br/files/atp_2021_relatorio.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BBC News Brasil. **A estratégia dos EUA para combater influência de China e Rússia na África**. BBC, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3grry7p85ko>. Acesso em: 5 jul. 2024.

BOOTH, Ken. **Navies and Foreign Policy**. 1ª ed., Routledge, 2014.

BRASIL. **Lei nº 8.617**, de 4 de janeiro de 1993. Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental do Brasil.

BRASIL. Marinha do Brasil. **EMA 301**. Fundamentos Doutrinários da Marinha, 2023. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/ema-301-fdm-1ed.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Fragata Independência realiza Operação Guinex-I. 2021b**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/fragata-independencia-realiza-operacao-guinex-i>. Acesso em: 2 jul. 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Marinha do Brasil tem participação inédita na Comissão Grand African NEMO**. Brasília, DF: MB, 20 out. 2019b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-do-brasil-tem-participacao-inedita-na-comissao-grand-africannemo-2019>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Missões de Paz**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/comffe/node/10>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Navio-Patrolha Oceânico “Apa” participa da Operação Grand African Nemo 2020**. 2020c. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/com1dn/noticia/navio-patrolha-oce%C3%A2nico-%E2%80%9C9Capa%E2%80%9D-participa-da-opera%C3%A7%C3%A3o-grand-african-nemo-2020>. Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. **NPaOc Amazonas participa de demonstração operativa com navios das marinhas integrantes da Grand African NEMO 2021**. Marinha do Brasil, 2021a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/npaoc-amazonas-participa-de-demonstracao-operativa-com-navios-das-marinhas-integrantes-da#:~:text=O%20exerc%C3%ADcio%20conjunto%20%22Grand%20African,%C3%A0%20pirataria%2C%20ao%20terrorismo%20e>. Acesso em: 2 jul. 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Política Naval**, 2019a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/politicanaval>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)**. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Telegrama para o Ministério da Defesa nº 550: Brasil-Cabo Verde - Encontro bilateral de chanceleres (I Reunião do Mecanismo de Consultas e Cooperação - Temas de segurança)**. Brasília, DF: MRE, 12 ago. 2009.

BRASIL. Ministério de Defesa **Estratégia Nacional de Defesa**, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Ministério de Defesa. **Política Nacional de Defesa**, 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf Acesso em: 20 jun. 2024.

BRIGAGÃO, Clóvis e SEABRA, R. **O Atlântico Sul: área de influência do Brasil**. 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/5376/3939>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRITANNICA. **Bernard Brodie**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Bernard-Brodie>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRODIE, Bernard. **A Layman’s Guide to Naval Strategy**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1942.

CHAMBERS, Mathew. **International Piracy and Armed Robbery at Sea Hindering Maritime Trade and Water Transportation Around the World**. 2010. Disponível em: <<https://www.files.ethz.ch/isn/115178/entire.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

CLAUSEWITZ, C. Von., **On War**, edição e tradução Michael Howard e Peter Paret. 1984.

"CONSENSO de Pequim" brilha na crise e desperta temores. Folha de S.Paulo, São Paulo, 7 fev. 2010. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0702201001.htm>. Acesso em: 22 abr. 2024.

CRS REPORTS. **U.S. Overseas Basing: Background and Issues for Congress**. 2024. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R48123>. Acesso em: 24 jul. 2024.

DEFESANET. **Marinha do Brasil participa do exercício Obangame Express na Nigéria**. Brasília, DF, 19 mar. 2012. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/naval/noticia/5200/Marinha-do-Brasil-participa-do-exercicio-Obangame-Express-na-Nigeria/>. Acesso em: 02 jul. 2024

EUROPA. **Eurobarometer**. Disponível em: <https://europa.eu/eurobarometer/about/eurobarometer>. Acesso em: 21 jun. 2024.

FAZCOMEX. **Balança Comercial 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/comex/balanca-comercial-2021/>. Acesso em 30 jun. 2024.

FERREIRA, Renato R. **Operações Navais No Século XXI: Tarefas Básicas do Poder Naval para a proteção da Amazônia Azul**. 2011. 181 f. Tese (Doutorado em Ciências Navais) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2011.

FIGUEIREDO, Moreno de Queiroz; SILVA, Marcos Valle Machado. **Obangame Express - Uma "Ponte Estratégica" para o Golfo da Guiné**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 405-435, maio/ago. 2022.

GLOBAL SECURITY. **Obangame Express**. Global Security. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/ops/obangame-express.htm>. Acesso em: 29 jun. 2024.

HANSON, Stephanie. **US Africa Command (AFRICOM)**. Council on Foreign Relations, v. 7, 2007.

HOWARD, Simon. Global Fleet Station: Station Ship Concept. 2008. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA495485.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.

HSZIEH, Stephanie; GALDORISI, George; MCKEARNEY, Terry; SUTTON, Darren. **Networking the Global Maritime Partnership**. In: Sea Power Series 2. Canberra: Navy History and Heritage Command, 2014. Disponível em: https://www.history.navy.mil/content/dam/nhhc/research/publications/Publication-PDF/SPS2_Networking_Global_Maritime_Partnership.pdf. Acesso em: 02 ago. 2024.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil: Mapa e estatísticas. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/mapa/brasil>. Acesso em: 02 ago. 2024.

ICC. 2021 **Annual IMB Piracy Report**. Disponível em: <https://www.icc-ccs.org/reports/2021_Annual_IMB_Piracy_Report.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2024.

ICC. 2007. **Reported piracy incidents rise sharply in 2007**. Disponível em: <<https://icc-ccs.org/news/392-reported-piracy-incidents-risesharply-in-2007>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

ISS. **US and West Africa join forces on maritime security**. Disponível em: <https://issafrica.org/iss-today/us-and-west-africa-join-forces-on-maritime-security>. Acesso em: 21 jul. 2024.

JUNIOR, Salvan Correia Do Nascimento. **A Diplomacia Naval Brasileira no Golfo da Guiné: o hiato entre a estratégia idealizada e os resultados alcançados**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Estado-Maior para Oficiais Superiores – C-EMOS) — Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em https://www.repositorio.mar.mil.br/bitstream/ripcmb/844984/1/CEMOS_053_MONO_CC_CA_SALVAN.pdf. Acesso em 10 jun 2024.

KROPP, Allysa A. **Leveraging Trade Agreements to Meet U.S. Security Aims**. 2016. Relatório Técnico. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/citations/AD1010557>. Acesso em: 23 jun. 2024.

MABUS, Ray. **Remarks by the Honorable Ray Mabus Secretary of the Navy Gulf of Guinea Maritime Security Dialogue**. 2015 U.S. Naval Academy Annapolis, Maryland Wednesday, December 9. 2015.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783**. Boston: Little, 15th ed., Little, Brown and Company, 1898.

MANDANDA, Devotha Edward; PING, Guo. **The Gulf of Guinea Piracy: Impact and Effectiveness of Control Measures**. 2016. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/234650876.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

MARINHA do Brasil na preparação final do Unitas Amphibious 2018-2019. Defesa Aérea & Naval, 2018. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/naval/marinha-do-brasil-na-preparacao-final-do-unitas-amphibious-2018-2019#:~:text=O%20UNITAS%20acontece%20desde%201960,de%20realizar%20opera%C3%A7%C3%B5es%20anf%C3%ADbias%20combinadas>. Acesso em: 26 jun. 2024.

MORRIS, Michaël. **Expansion of Third World Navies**. New York, St Martin's Press, 1985

MURPHY, Martin N. **Small Boats, Weak States, Dirty Money: Piracy and Maritime Terrorism in the Modern World**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2008.

NEVES, André Luiz Varella. Capítulo 7 - **Atlântico Sul: Projeção Estratégica do Brasil para o Século XXI**. Livro: Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil. PARTE II – O ATLÂNTICO SUL E OS DESAFIOS PARA A DEFESA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI Organizadores: Gilberto Fernando Gheller, Selma Lúcia de Moura Gonzales e Laerte Peotta de Mello. Brasília: IPEA: NEP, 2015. 645 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4385>. Acesso em 23 jun de 2024.

NYE, Joseph S. **Soft power: the means to success in world politics**. New York: PublicAffairs, 2004.

NYE, Joseph S. **The Future of Power**. New York: PublicAffairs, 2011.

NYE, Joseph S. **China and Soft Power**. South African Journal of International Affairs, v. 19, n. 2, p. 151-155, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10220461.2012.706889>. Acesso em: 22 abr. 2024.

O'ROURKE, Ronald. **The Tanker War**. 1988. Disponível em: <https://www.usni.org/magazines/proceedings/1988/may/tanker-war>. Acesso em: 21 jul. 2024.

OECD. **Nigeria**. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/nga?latestDataNonSubnationalMonthSelector=202112&yearSelector1=2021>. Acesso em: 21 jul. 2024.

ONU. **Country and Mission**. 2021. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/03_country_and_mission_45_dec_2021.pdf. Acesso em: 29 jun. 2024.

ORGANIZATION of the Petroleum Exporting Countries. **Monthly Oil Market Report**. Novembro de 2018. Disponível em: https://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/MOMR%20November%202018.pdf. Acesso em: 21 jun. 2024.

ORGANIZATION of the Petroleum Exporting Countries. **Monthly Oil Market Report**. Vienna: OPEC, December 2021. Disponível em: https://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/OPEC_MOMR_December_2021.pdf. Acesso em: 21 jun. 2024.

PEREIRA, André Martins. **Combate à Pirataria Marítima no Golfo da Guiné: Contribuição à Soberania e ao Desenvolvimento Nacionais**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Disponível em: <https://repositorio.esg.br/bitstream/123456789/1573/1/CAEPE.12%20TCC%20VC.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

PLANO Nacional de Logística Portuária. 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/920>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SOVEREIGN of The Seas. 2006 Disponível em:
<https://web.archive.org/web/20060622034354/http://www.thesovereignoftheseas.com/>. Acesso em: 21 jul. 2024.

TILL, Geoffrey. **Seapower: A Guide for the Twenty-First Century**. 4ª ed. Londres: Routledge, 2018.

USA. **National Security Strategy**. Washington, DC: The White House, 2015. Disponível em:
https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy_2.pdf. Acesso em: 30 jun. 2024.

USA. Navy, U.S. **Exercise Obangame Express 2021 Concludes**. 2021. Disponível em: <<https://www.navy.mil/Press-Office/News-Stories/Article/2553214/exercise-obangame-express-2021-concludes/>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

USA. United States Africa Command. **Obangame Express**. Germany: U. S., [s.d.]. Disponível em: <https://www.africom.mil/what-we-do/exercises/obangame-express>. Acesso em: 19 jul. 2024

USA. US Navy. **A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower**. 2015. Disponível em <http://www.navy.mil/local/maritime/150227-CS21R-Final.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2024.

VEGO, Milan N. **Maritime Strategy and Sea Control: Theory and Practice**. Londres: Routledge, 2016.

VIGÍA. **RIMPAC: el ejercicio naval y marítimo más grande del mundo**. 2018. Disponível em: <https://www.revistavigia.cl/rimpac-el-ejercicio-naval-y-maritimo-mas-grande-del-mundo/revistavigia/2018-09-06/111147.html>. Acesso em: 24 jul. 2024.

VIOLANTE, Alexandre R. **A Teoria do Poder Marítimo de Mahan: Uma Análise Crítica à luz de Autores Contemporâneos**. Revista da Escola de Guerra Naval, v. 21, n. 1, p. 223-260, jan./jun. 2015. Disponível em:
<https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/4544/4396>. Acesso em: 21 jul. 2024.

WEINER, Tim. **Stansfield Turner, C.I.A. Director Who Confronted Soviets, Dies at 94**. The New York Times, 18 jan. 2018. Disponível em:
<https://www.nytimes.com/2018/01/18/obituaries/stansfield-turner-dead.html>. Acesso em: 21 jul. 2024.

WINTER, Luís A. C.; BOTELHO, Martinho M. **O direito internacional do mar e os direitos humanos: algumas considerações em direito ao desenvolvimento**. Revista Direito e Desenvolvimento, v. 6, n. 11, p. 117-131, 2015. Disponível em:
<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/280/262>. Acesso em: 21 jul. 2024.